

Entrevista a Dr. Artur Santos Silva

Irene – A primeira pergunta que faço é porquê o lema “Pontes para o Futuro”?

Dr. Artur Santos Silva – Porque por um lado as pontes marcam a cidade do Porto, a sua relação com Gaia a relação com o sul do País. Tínhamos já realizadas cinco pontes portanto a Ponte de Arrábida, a Ponte de D. Luís, a Ponte D. Maria, a Ponte do Freixo e a Ponte da linha de comboio, a segunda ponte da linha de comboio, porque a D. Maria já estava desactivada e uma sexta ponte, a Ponte do Infante que estava em marcha, e várias pessoas pensavam que era útil haver pontes na zona inferior da cidade, portanto que ligassem Gaia o cais de Gaia, a marginal de Gaia à marginal do Porto à semelhança do que acontece em muitas cidades, em que não há apenas pontes a nível superior nós só temos uma a nível inferior que é a Ponte D. Luís, e portanto esse era um elemento caracterizador da relação do Porto com o sul do País, o Porto mais emblemático com o seu exterior que é o rio Douro, tudo aquilo que está pronto para lá do rio Douro e que é para Sul. Por outro lado achávamos muito importante que a Capital Europeia da Cultura fosse um elemento de aproximação com todos os que estão nesta grande região que é uma das maiores da Europa. Esta região Euro-Atlântica que é Porto com a Galiza e em que todo este urbano que tem mais de 6 milhões de pessoas tem uma grande identidade cultural e no país como o nosso, e uma Ibéria cada vez está mais solidária e próxima. Portanto o assumir pontes para o futuro pensávamos que tinha força e que tinha além disso simbologia, que o Porto era em termos geofísicos, e achamos que o lema era um lema forte e que tinha sentido num mundo muito mais aberto do que foi antes. Obter Pontes para o futuro também, num mundo muito mais globalizado, muito mais internacionalizado, muito mais aberto ao exterior também tinha essa força adicional, daí o Porto Pontes para o Futuro que não era uma mera abstracção porque fisicamente tínhamos muitas pontes a marcar a nossa relação com o Rio Douro, com o resto do País, com o nosso exterior ao Porto e porque achamos que estamos num tempo em que todos devemos ter pontes e só falhamos quando não temos pontes como os outros.

Irene – E a estrutura escolhida para o projecto?

Dr. Artur Santos Silva – A estrutura escolhida pareceu-nos a mais adequada: Nas outras capitais de cultura em regra aquilo que se escolheu foi haver um comissário, um responsável único que centralizava todas as decisões.

Quando eu fui convidado primeiro recusei, depois muito instado, quer pelo Presidente da Câmara, quer pelo Primeiro Ministro, acabei por aceitar, tendo dito que eu não podia porque a minha vida profissional não podia ter um corte, que eu não podia dar uma colaboração de comissário, mas que poderia dar uma colaboração se houvesse uma entidade juridicamente autónoma que agregasse também com toda a autonomia as possibilidades de realizar este projecto.

Em segundo lugar, aceitaria se eu escolhesse todas as pessoas que iam trabalhar comigo directamente, porque se eu tinha sido convidado para comissário da capital europeia da cultura e se eu não pudesse ser comissário porque não podia ser eu só, aceitava ser um presidente da sociedade.

Seria um presidente da sociedade se gerisse este projecto e desde que eu escolhesse todas as pessoas que eram os meus alteregos e que comigo iriam realizar este projecto e tinham que ser pessoas de toda a minha confiança.

Por outro lado era fundamental que a cidade se revisse nessas pessoas e em particular se revissem nas duas valências críticas, nos dois objectivos do projecto, que eram a componente cultural, a programação cultural e o alargamento das infra estruturas culturais da cidade, enfim que estivessem envolvidas as pessoas que na cidade tinham isto que era Dra. Manuela de Melo, e o engenheiro Nuno Cardoso.

Por outro lado querendo nós fazer a Porto 2001 o pretexto era para acelerar a requalificação urbana do centro histórico da cidade que ainda não tinha sido mexido portanto, estou a excluir a relação da Sé com a Ribeira e a relação dos Clérigos da Vitoria Oliveira portanto as freguesias da Sé e da Vitória, porque essas já estavam em marcha, mas no resto, que vieram do centro, o velho centro do Porto.

A requalificação urbana tinha que ter a pessoa que na câmara tinha toda a área de urbanismo que era o Eng. Nuno Cardoso.

Portanto eu pôs como condição que eles, a Dra. Manuela de Melo e o Engenheiro Nuno Cardoso estivessem no projecto porque eram pessoas da minha confiança e que houvesse mais duas pessoas que integrassem a comissão executiva inclusive, e que comigo iriam realizar este projecto, o que foi aceite de imediato, não demorou umas horas.

Estas eram as minhas condições para eu poder ficar ligado ao projecto, porque a minha primeira atitude foi de rejeição, porque eu não percebia que fosse possível conciliar as obrigações lideráveis do projecto com as de continuar com as minhas responsabilidades profissionais.

Mas aceitei isto nestes termos e portanto este era o modelo que eu acho que podia funcionar, o de haver esta comissão executiva, e não apenas um comissário.

O modelo só não funcionou porque de facto houve uma entidade que sistematicamente quis violar este projecto.

A partir de uma certa altura este acordo estabelecido foi violado pelo Ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho.

Irene – Pois, digamos que não se percebeu qual era a fonte do conflito, bom se não quiser falar sobre isto...

Dr. Artur Santos Silva – não, não, eu falo.

O que eu exigi, foi ter toda a autonomia. Eu para ficar ligado ao projecto exigi toda a autonomia, a partir do momento em que ficaram definidos os objectivos da Porto 2001, ou definido o que se queria fazer da Porto 2001.

Portanto devia ter toda a autonomia para a execução do que ficou decidido e que foi proposto por mim e por mais quatro pessoas que pertenceram a uma comissão instaladora.

A Porto 2001 foi eu o Eng.º Nuno Cardoso, a Dra. Maria Manuela de Melo, o pianista Pedro Burmester e o Ricardo Pais que era responsável pelo S. João e que agora voltou a responsável do S. João.

E portanto foi feito uma proposta em 60 dias, num relatório que foi apresentado e que foi aprovado, e que foi relativamente mutilado na componente da requalificação urbana, mas não mutilado de maneira a descaracterizar o projecto, e eu aceitei como bom o resultado final.

Se consegui? evidentemente que sim porque eu nunca pensei que pudessemos levar tão longe o projecto da requalificação urbana e eu sempre disse que era para começar imediatamente.

Eu até sugeria ao Primeiro-ministro que esta entidade continuasse depois de 2001, embora com outros responsáveis porque a requalificação urbana tinha que ser feita devagar, com rigor, com determinação, com certeza e portanto não podíamos abrir ao mesmo tempo muitas frentes.

O Primeiro-ministro não concordou, recusou esta hipótese, quando lhe apresentamos o relatório da comissão instaladora e disse: o que não pudesse ser feito pela Porto 2001, depois a câmara assumiria, porque era a câmara que receberia o património líquido da Porto 2001 e aquilo que não fosse realizado, era depois realizado pela câmara porque o protagonismo desta matéria devia caber à câmara e só era possível renunciar a uma parte de protagonismo porque estávamos ligados a um evento como a porto 2001". Concordei e mãos à obra.

Infelizmente depois estivemos quase seis meses à espera que o Governo formalizasse através de decreto lei o que nós tínhamos proposto e que acabou por ser aprovado quanto à estrutura jurídica.

Quanto à organização e logo aí o Sr. Ministro da Cultura começou a querer interferir, queria que as pessoas que estivessem na comissão executiva da Porto 2001, a comissão executiva do conselho da administração fossem pessoas da sua confiança, e eu disse-lhe que isso não tinha sentido, porque ou eu era a pessoa da sua confiança e eu desdobrava-

me noutros que eu tinha que agregar a este projecto ou então isso não tinha sentido e o melhor era não ficar ligado e que ele escolhesse outra pessoa.

Nesses seis meses houve tempo para tudo e ele imperceptivelmente disse-me que não Senhor, que queria que fosse eu, e eu pus como condições total autonomia quer em termos de promoção de imagem do evento, porque entendia que não podia haver duas vozes ou três, nós, a câmara e o ministério da cultura, deveria haver uma só voz para o exterior sobre o que é que íamos fazer.

Por outro lado, financeiramente nós tínhamos que ter poder sobre todas as entidades que iam colaborar nisto porque senão cada um que estivesse integrado nisso iria viver a Porto 2001 à sua maneira e tinha que haver um grande dominador comum respeitando-o.

Obviamente, a autonomia de instituições como o centro Português de fotografia que é o melhor que há em Português de fotografia, o teatro de S. João que era e espero que continue a ser o que melhor que se faz em teatro em Portugal, ou a Fundação Serralves, ou o Museu Soares dos Reis, deviam ser respeitadas, portanto eram valências a que nós tínhamos naturalmente que dar toda a autonomia e ainda a quem ia realizar todas essas componentes de programação.

Mas a Comissão executiva, nós, tínhamos que ter todas as condições para marcar o ritmo e a quantidade e a intensidade daquilo que nós achávamos que podíamos marcar a Porto 2001.

E a questão de ruptura teve a ver com o facto de o Ministro querer nos retirar poderes de decidir financeiramente as verbas a afectar a cada uma das áreas sobretudo às áreas pendentes do Estado e violando tudo o que se tinham comprometido a fazer comigo, quer por escrito antes de eu tomar posse, quer depois disso ainda no final de Julho, em reuniões em que estive o Presidente da Câmara anterior, o Presidente da Câmara que substitui Dr. Fernando Gomes quando ele foi para o Governo, ainda antes das eleições o Eng.º Nuno Cardoso, que era meu colega na Comissão executiva e o próprio Ministro

da Cultura, em que as regras que as verbas financeiras tinham que ser geridas por nós e éramos nós que definíamos o que a cada um cabia.

Não era evidentemente o Sr. Ministro que directamente com essas entidades decidia o que devia ser atribuído a cada entidade, porque não havia dois Porto 2001: o do Sr. Ministro da Cultura e o nosso.

E eu estive nisto com escuteiro, estive nisto cumprindo as minhas obrigações como cidadão e o meu amor à cidade do Porto e aquilo que eu penso que era bom para a cidade do Porto e não me mobilizava nenhum protagonismo, nenhum objectivo de protagonismo, nenhuma ambições políticas, por aquilo que eu ia fazer.

Eu ia procurar fazer o que já se sabia para bem da minha cidade e de facto isso foi sistematicamente estropiado pelo Sr. Ministro da Cultura a partir de uma certa altura, e portanto eu ainda pensei naturalmente que era possível conciliar as coisas desde que eu não tivesse de tratar de tudo com o Sr. Ministro da Cultura e tal como previa o diploma criador da 2001 eu trataria de cada assunto com o Ministro mas não de todos com o Ministro, porque o diploma previa uma tutela individual do Ministério das Finanças, e do Ministério da Economia do Ministério do plano e do ministério da cultura ou uma tutela conjunta com foi assumido.

A partir de uma certa altura, o ministro quis uma tutela conjunta eu disse que só continuava se a tutela fosse parcelar e se eu só tivesse que responder perante cada ministro sobre aquilo que lhe diz respeito, porque isto aconteceu porque o Sr. Ministro da Cultura é um mentiroso.

O senhor Ministro Mentiu. Violou os compromissos que assumiu comigo e eu não tenho respeito por ele. E para este projecto se manter igual a ele próprio comigo à frente o Sr. Ministro da Cultura só trata comigo a programação cultural e mais nada. O resto não é com ele, se for com ele, eu não continuo e pronto, e foi isto pois que deu lugar ao conflito.

Foi isto que levou a que eu saísse porque o Sr. Primeiro-ministro achou que não tinha sentido retirar-lhe essa tutela conjunta embora o diploma constitutivo da Porto 2001 previsse que a tutela devia estar em vários pelouros.

Irene – Sim realmente é um aspecto curioso, o decreto de lei prevê de facto vários pelouros portanto, a cultura de um lado o planeamento de outro, as finanças...seria natural que assim fosse. Mas porque é que isso era importante para o desenvolvimento do projecto?...

Dr. Artur Santos Silva – A planificação urbana deve passar pela revitalização económica, quer dizer nós não vamos melhorar o património cultural unificado pelo centro da cidade se ele continuar morto. Só tem sentido melhora-lo se ele passar a ter vida económica se houver serviços, restaurantes, comércio, prestação de serviços tudo para revitalizar um centro histórico na cidade e para isso era preciso animar toda a zona de comércio e serviço no centro da cidade.

Tinha que haver um programa em que o ministério da economia estava muito envolvido e isto mereceu todo o acordo do então ministro da economia, Pina Moura, o ministro das finanças, o Professor Sousa Franco, e o Ministro Cravinho, que tinha o equipamento e planeamento, todos estavam de acordo quanto a isto... mas não foi possível por causa do ministro da cultura.

Irene – No início do projecto vem muitas vezes referido o exemplo da "Glasgow90" foi o Sr. Dr. que encontrou este ponto de referência?

Dr. Artur Santos Silva – eu procurei estudar o que tinha acontecido pelas capitais da cultura e a capital da cultura em que se aproveitou este evento para se dar um grande salto na vida da cidade foi Glasgow e a mim a única coisa que me interessava era efectivamente que este evento pudesse ter melhorado o Porto de uma maneira estrutural e duradoira.

Este era o pretexto para canalizar para o Porto recursos que muitas vezes foram extremamente concentrados em Lisboa e no Sul à volta de Lisboa e não é que tenha que haver dois centros na vida do País, porque eu acredito num desenvolvimento

equilibrado partilhado por todo o país, mas é indiscutível que o Porto é um centro agregador de uma parte importante do norte do País e como houve recursos muito significativos que foram concentrados em Lisboa e não partilhados pelo resto do país eu achei que era uma boa oportunidade fazer com que o Porto recuperasse parte do seu protagonismo, que as suas pessoas da área cultural à económica tivessem uma outra importância para a vida do país, ora para isso acontecer era preciso uma alavancagem com recursos públicos para que isso fosse tornado viável e eu acreditava nisso.

Vi que Glasgow tinha sido isso: a cidade estava muito deprimida, o seu centro histórico estava muito em quebra, o nível de desemprego era muito alto, e é o mesmo que acontece no Porto que tem as mais altas taxas de desemprego do país. A cidade do Porto, não é o grande Porto é a cidade do Porto e onde há o mais alto desemprego das pessoas que procuram o primeiro emprego. Para mim é um problema crítico da cidade, da vida da cidade, se os jovens não tem saídas não ficam aqui, não se fixam aqui.

Eu só me senti atraído neste projecto se este fosse assim, aliás eu não inventei nada, porque o Porto candidatou-se como Capital Europeia da Cultura com um orçamento que era de cerca de 80 milhões de contos usando a unidade de conta da altura.

Mas o nosso orçamento era de cerca de cinquenta milhões, ora o que apresentamos e o que se prevê por um lado era cerca de 40 milhões de diferença, em relação ao que nós apresentamos, ora a minha proposta da comissão instaladora era uma proposta que ficou muito aquém da proposta que foi apresentada pelo Porto como Capital Europeia da Cultura que tinha um orçamento de cerca de 80 milhões de contos, em unidades de hoje, 400 milhões de Euros.

Irene – mas a Porto 2001 apresenta um défice ao fechar das contas de 9,105 milhões de Euros, 2 milhões de contos...

Dr. Artur Santos Silva – são 2 milhões de contos, isso não é nada, são 5% em relação ao que era o orçamento.

E eu confesso que nunca mais olhei para esse assunto, por razões de sanidade mental. eu nunca mais olhei para o que se passava na Capital Europeia da Cultura porque foi a

maior frustração da minha vida. A minha vida de 60 anos tem estes 9 meses, foi o tempo de quase 10 meses em que eu estive à frente da Porto 2001, foi para mim uma grande frustração e eu por uma razão de sanidade psíquica nunca mais olhei para o Porto 2001.

Não quis deixar de ir à inauguração e fui a alguns eventos, não fiquei com nenhum capis deminus por o facto de ter estado à frente da Porto 2001 mas procurei nunca mais falar com o meus colegas responsáveis e que continuaram na Porto 2001 nem com os quadros da Porto 2001 porque não ia a andar a agitar os fantasmas da minha presença nisso e procurei saudavelmente manter-me afastado.

Mas acho que esse défice não é coisa nenhuma quer dizer, eu acho que num projecto destes, haver um desvio de 5% não é relevante, quer dizer, não é isso que marca o projecto como desgovernado financeiramente.

O que eu acho é que houve um grande erro e que foi na maneira como o processo foi executado na requalificação urbana, porque se deviam ter aberto frentes de requalificação urbana de uma maneira gradual, e não fazer da cidade um estaleiro total.

Porque a cidade sofreu, devia-se ter feito isto gradualmente e à medida que se despejassem umas frentes de obra abriam-se outras, infelizmente ainda há frentes de obra em 2003 por resolver, como no caso da Praça Carlos Alberto.

Só há muito pouco tempo é que ficou resolvido. A praça D. João I foi resolvida agora.

E muitas obras foram mal executadas portanto houve empreitadas que não foram convenientemente acompanhadas vigiadas e controladas porque os empreiteiros tem grandes responsabilidades por terem executado obras para requalificação, nomeadamente no piso de circulação e dos passeios, que com muito pouco tempo de vida, já estão todos danificados mas isso não tem a ver com o projecto.

O problema das obras mal feitas, tem a ver com a maneira como o projecto foi executado, que eu acho que é normal que estas coisas tenham aspectos que não correm bem, nunca os nossos sonhos são realizados, portanto há sempre um desvio entre aquilo

que sonhamos e depois o sonho que transformamos em projecto e o real que é feito, a execução do projecto, mas eu acho que o grande erro foi esse.

O erro foi na requalificação urbana não se ter andado de uma maneira mais gradual e um controlo muito rigoroso do que se iria fazendo, na qualidade dos serviços prestados pelos empreiteiros, do tempo em que as coisas eram feitas.

Mas o que foi desastroso no meu ponto de vista foi a falta de dialogo que houve, falta de diálogo correcto da Porto 2001 e da Câmara.

Porque eu tive dificuldades com o ministro da cultura, mas depois a Porto 2001 teve grandes dificuldades de diálogo com a câmara e é obvio que para um pressuposto projecto ser cumprido com êxito tinha que haver grande sintonia entre a Porto 2001 que servia a cidade e a câmara que servia o país ou o país ao nível do governo o ministério da cultura.

Comigo não funcionou com o Ministro da Cultura e com a minha sucessora, a professora Teresa Lago não funcionou com a câmara, portanto, culpas de quem não interessa, mas é constatar uma realidade. Mais Doutora...

Irene – o Doutor acha que a Porto 2001 abriu uma nova era para a história do mecenato em Portugal

Dr. Artur Santos Silva – Olhe eu acho que o mecenato tem durado, mas é evidente que o mecenato só pode ser consolidado se houver um crescimento económico sustentável e o que aconteceu foi que a Porto 2001 parou num período em que o país começou a estagnar economicamente e portanto todos os problemas do mecenato têm a ver com a imagem das empresas, tem a ver com a sua responsabilidade pública. As empresas não devem apenas pensar nos seus objectivos específicos mas devem também pensar nas suas obrigações para com a sociedade e devem ajudar todos os projectos que melhorem ou tenham mais condições para melhorem a vida da sociedade onde elas se inserem mas isso é assim em termos ideais. Isso é ajudado quando a imagem das instituições ligadas a certa actividade do mecenato cultural também pode ser reforçada, quando a economia começa a crescer menos ou a estagnar as empresas estão menos preocupadas com a sua

imagem estão mais preocupadas em sobreviver e não em crescer, mas apenas a resistir a um período económico menos favorável, infelizmente 2001, 2002 e 2003 são anos em que o país ganhou consciência que tinha gasto mal o dinheiro, de que as coisas economicamente estavam menos bem, de que estávamos a perder em relação à Europa, ao contrario de tudo que tinha acontecido desde de 1980 e que o nosso país portanto estava com menos êxitos na frente económica e isso reflecte-se obviamente na frente do mecenato.

O país tem mantido um apoio grande às actividades de mecenato cultural e social portanto no social está a educação a saúde e outras coisas mais, mas reconheço que onde nós vamos cortar quando temos que cortar custos, temos que cortar na publicidade temos, que cortar na imagem e vamos procurar sobreviver num período difícil.

É muito difícil o período que estamos a atravessar e portanto eu acho que é um azar porque eu acreditava muito que 2001 fosse um novo patamar para a participação na cultura das pessoas do Porto e eu acho que isso tem vindo a acontecer até 2001 aconteceu no Porto o Porto está irreconhecível em relação ao que era há vinte anos, eu acho que 2001 criou novas responsabilidades mas a situação financeira do país impediu quer o estado quer a autarquia quer as empresas de assumirem o papel de manter um nível elevado de participação cultural porque participação cultural supõe grande intervenção dos poderes públicos e grande intervenção das empresas para que as pessoas que consomem produtos culturais paguem um preço que podem pagar o que nunca é o preço que custa à produzir um bem cultural, que é mais caro e as pessoas para poderem consumir esses produtos é preciso que os seus custos possam ser atenuados com apoio público do estado ou da autarquia ou pelo apoio das empresas e isso infelizmente no quadro de restrições que neste momento temos é menos fácil.

Irene – O Tratado de Maastricht diz que em 97 o emprego e a cultura estão intimamente ligados. A Porto 2001 podia ter sido uma criadora de empregos? Ter promovido a Industrialização cultural?

Dr. Artur Santos Silva – Olhe eu directamente ... claro Bem, directamente não, a ideia era que a Porto 2001 fosse uma estrutura de plano, fosse sobretudo um software para cumprir aquilo que nós propunhamos, portanto não tínhamos pessoas permanentes.

A Porto 2001 ia acabar com o Porto 2001, quando a Porto 2001 acabasse e portanto o que nós procuramos foi mobilizar as pessoas que trabalhavam nestas áreas e que podiam ajudar a Porto 2001 a cumprir os seus objectivos sendo certo que algumas das pessoas eram pessoas não ligadas à industria entre aspas ou aos serviços culturais mas eram pessoas por exemplo do marketing, da contabilidade, eram pessoas que tanto podem trabalhar numa empresa como a Porto 2001 como qualquer outra empresa embora no marketing aqui eram estimulados talentos e capacidades diferentes do que é o marketing de uma empresa mas não são assim tão diferentes como isso.

Agora como é que a Porto 2001 contribuiu para a criação de emprego? é exactamente nos exercícios de todo o que é oferta cultural, para produzir um espectáculo de teatro precisa de um técnico de luz de técnicos de som precisa de capacidade de comunicação do que faz etc. portanto eu acho que o Porto 2001 de certeza que criou muitos empregos em todas as actividades ligadas à produção de eventos culturais sendo eles espectáculos sejam eles exposições seja o que for e portanto isso de certeza que melhorou com certos profissionais, e com a capacidade de resposta profissional na prestação de serviços culturais.

Eu não sei é quantificar quanto é que isso deu porque só estudos no terreno podem dizer quanto é que temos de emprego quanto é que temos hoje mas eu não tenho dúvidas que melhoramos bastante a nossa oferta cultural. Para fazer um grande concerto pode ter que trazer técnicos de outros países e isso fica caro, quanto mais capacidade local tivermos permanente, podemos ter concerto, podem ser das nossas orquestras, dos nossos músicos ou podem ser de músicos que vem de fora, o que é fundamental é que na área de luz e som tenha especialistas capazes de montar um espectáculo com os técnicos que tenha cá porque assim tem custos baixo e está a estimular uma oferta de mão de obra local.

Eu não sei explicar acho que um dos objectivos era este, era fazer com que toda a maquina de fazer espectáculos ou eventos culturais exposição de fotografia ou uma exposição de pintura de arquitectura do que for portanto tivesse técnicos capazes de tratar disso, da imagem do marketing da comunicação aos aspectos técnicos de fazer molduras para quadros para fotografia de fazer de preparar o som e a luz para um

espectáculo de música ou preparar o som, a luz de uma exposição etc. ou a técnica de decoração de enriquecimento do ambiente de uma exposição de fotografia de arquitectura ou de pintura e de escultura de uma exposição, portanto eu aí acho que de certeza os nossos profissionais hoje são mais fortes e os próprios elementos ligados ao jornalismo aos média.

De certeza que o Porto 2001 estimulou que muita mais gente se interessasse por questões culturais e trata-se dos médias os aspectos culturais e a cidade hoje tenha mais profissionais também nesta área mas é preciso fazer-se um estudo sério para comparar, como o Dr. o Professor Augusto Santos Silva fez antes de 2001 sobre o comportamento dos públicos e o comportamento dos profissionais ligados à cultura e aí não sei o que está feito confesso....

Irene – o que é que sente pela casa da Música

Dr. Artur Santos Silva – Olhe eu acho que o projecto era muito interessante

Houve um grande desgaste, dificuldades de relacionamento com a equipa de arquitectura, as dificuldades técnicas com a execução do projecto e a frustração que é esperar que uma coisa aconteça em 2001 ou 2002 e ela só vir a acontecer em 2004 que é o novo calendário marcado mas excluindo estes aspectos conjunturais.

Eu penso que o edifício da casa da música responderá às valências que se queriam, é um rasgo novo na arquitectura da cidade, um marketing na arquitectura da cidade, é o futuro na arquitectura.

O arquitecto, depois de nós o escolhermos ganhou o price da arquitectura que é como o prémio Nobel para os arquitectos, portanto não é por acaso que ele o ganhou não foi por causa deste projecto que ele ganhou, mas se calhar também podia ser por causa deste projecto e é considerado um dos maiores arquitectos contemporâneos. Agora eu gostaria muito que isso acontecesse, eu gostaria que a casa da música fosse um pólo de demonstração da nossa abertura ao mundo, porque apesar de termos os melhores arquitectos mundiais, fomos buscar alguns dos melhores mundiais fomos buscar um arquitecto não português um sinal de abertura do país ao mundo embora nenhum

arquitecto português de renome actual concorresse, portanto não houve nesse aspecto que escolher fez-se um concurso limitado por convites mas que nenhum arquitecto português de renome actual responder e portanto nós o que escolhemos foi aquele que nos pareceu ser o melhor projecto e estava um dos melhores arquitectos portugueses no júri estava o arquitecto Manuel Salgado que esta ligado à Expo, que está ligado ao centro cultural de Belém, estava o arquitecto Sisa Vieira que é um grande referencial da arquitectura portuguesa e houve um consenso total sobre quem devia ser o vencedor, portanto não houve aí desvios.

Onde não houve consenso foi nas condições para executar com tempo o projecto para 2001 eu sempre tomei uma postura mais voluntarista porque entendo que nós temos que pressionar os acontecimentos e temos que pressionar.

Mas intimamente sempre achei muito difícil ter isto pronto em 2001 mas o que era importante era o que se fizesse e no futuro o que se vai pensar não é ter o projecto 2001 pronto mas sim, que é realmente uma grande estrutura para a cidade e que pode valer quer para uma orquestra para jovens, quer para uma orquestra local da cidade onde grandes eventos de música se podem fazer, onde a formação e treino dos músicos se pode fazer, é preciso desde os espaços documentais aos espaços discos aos CD's aos DVD's e tudo aquilo que esteja ligado ao acesso a todos os documentos e dados da música, o acervo da música.

Portanto eu espero que haja bom senso de valorizar aquele espaço, de fazer um grande pólo ligado à musica erudita e com o que fica à volta e espero que a cidade não desperdice esta oportunidade.

Levou muito tempo a executar, houve muitas dificuldades do solo portanto o local foi o único que a câmara nos ofereceu para fazer este projecto nós não tínhamos condições de o realizar se a câmara não disponibilizasse um espaço, acho que é um bom local acho que é um local que tem que ficar valorizado, aquela infra-estrutura não pode ficar ali desligada do ambiente portanto o tratamento do jardim o tratamento da arborização daquela zona de toda a relação da casa da música com a evolvente urbana tem que ser muito cuidada para que aquilo não fique ali um meteorito caído de qualquer maneira e a sua relação com o jardim é um bom pretexto de valorizar o jardim da rotunda que está

muito abandonado há muitos anos infelizmente e toda aquela frente urbana que está à volta da rotunda e deste pólo que é a Boavista seja valorizada a partir dali o edifício tem características que o mostram como grande sinal de futuro e eu acredito que ele atinja os seus objectivos mas para o conseguir tem que ser feita muita coisa não é só por ele que isso vai acontecer basta olharmos para a Avenida da Boavista da Rotunda ao Bessa não há praticamente um prédio que não tenha empenas não há nada que ligue umas coisas com as outras mas é um desastre a realização de projectos da Avenida da Boavista Rotunda ao Bessa para não ir mais longe, mostra bem como não houve um mínimo de programa para a urbanização desta zona da cidade. Na minha juventude era uma zona lindíssima muito arborizada, tinha a circulação de eléctricos e circulação central, tinha casas com um certo carácter e que foi desfeito, eu acredito que ainda possa ser melhorada mas tem-se que dar muita atenção ao desenho urbano da Avenida da Boavista introduzindo arvores para disfarçar a grande heterogeneidade que há entre os edifícios e o desastre que há no nível dos prédios porque se olhar para os prédios, isto é a avenida das só tem empenas porque os prédios tem 5 outro tem 3 outro tem 2 outro 1 andar e portanto é uma avenida que não tem uma linha homogénea de construção mas isso pode ser muito melhorado, é um pretexto que se aproveite a casa da música para revalorizar a Avenida da Boavista, porque a sua extensão é um eixo marcante do novo Porto que nos liga ao mar é sempre também uma linha de valorização de uma frente urbana. Todas as cidades procuram água que é o mais rico que tem na moldura ambiental se tiverem próximas de rios ou do mar procuram valorizar esses dados e o Porto assim fez a Avenida da Boavista é uma grande ligação do Porto antigo com o Porto do futuro e é muito importante que este eixo, que esta via seja valorizada. Dra. obrigado.

Entrevista a Eng. Nuno Cardoso

Entrevista com Engenheiro Nuno Cardoso – no Porto, na Companhia das Águas do Douro, no e Paiva, dia 9 de Julho, pelas 11 horas da manhã

Irene – Quero perguntar ao Senhor Engenheiro Nuno Cardoso que me explicasse e que fase e como é foi a evolução da sua participação, a sua presença no evento Porto 2001, Capital Europeia da Cultura?

Nuno Cardoso – muito bem, muito obrigado, A minha participação no evento e os meus contributos surgem a partir do momento em que efectivamente integrei a equipe do Dr. Fernando Gomes como número dois da vereação nas eleições de Dezembro de 97. A partir daí a posse foi em Janeiro de 98, portanto eu passei a ser o vereador com o pelouro do urbanismo e portanto vice presidente de Câmara e é neste momento que eu começo a participar no evento Capital Europeia da Cultura, é preciso lembrar que nesse momento nós já tínhamos, julgo que tinha havido a decisão de atribuição, aí é que tem de precisar isso, agora é que eu não sei, ou já tinha sido a decisão em Outubro de 97..

Irene – Foi..

Nuno Cardos – é não é? Em Outubro de 97, portanto já tinha havido a decisão da parceria entre o Porto e Rotterdam de terem essa responsabilidade de em conjunto de fazer a Capital Europeia da Cultura do ano de 2001 e portanto estávamos a começar a arrancar com esse projecto e nesse momento de facto começo a contribuir para o projecto e sou eu que levanto a ideia de introduzirmos a componente de intervenção urbana, porque se for ver a candidatura que foi apresentada na Comunidade Europeia não tinha a componente da intervenção urbana, era um projecto fundamentalmente cultural, e portanto, porque de facto a capital europeia da cultura tem fundamentalmente a ver com os equipamentos e com toda a programação e todo o projecto cultural portanto que se pretende implementar e portanto eu introduzi a componente de reabilitação urbana porque me parece que a cidade no meio de isto tudo é uma peça fundamental e portanto também é havia uma oportunidade politica, é preciso realçar,

havia uma oportunidade política de reivindicar alguns recursos para o Porto atendendo a que a Expo 98 estava a canalizar imensos recursos para Lisboa e havia como que uma certa ideia de que havia que compensar o Norte, o Porto e portanto era aproveitar o argumento de termos a responsabilidade europeia de realizar a capital europeia da cultura para introduzir então o eixo da reabilitação urbana, num conjunto de componentes que tinham vindo a ser estudadas, e portanto já havia várias ideias sobre elas, e portanto parecia bastante adequado meter isso, portanto isso foi logo aceite pelo Presidente da Câmara, Doutor Fernando Gomes e pronto e a partir daí começou o projecto a ter essa componente.

Depois a minha participação também foi importante, pronto, na definição do primeiro presidente da Porto 2001, efectivamente fui uma das pessoas que mais apoiei a ideia de tentar apoiar a ideia da participação do Doutor Artur Santos Silva e portanto isso vem a acontecer, efectivamente o que mobilizou em parte o Doutor Artur Santos Silva também foi a componente de reabilitação urbana e fui eu que lhe expliquei, fui eu que tive a oportunidade de explicar o que é que se pretendia com a reabilitação urbana e isso mobilizou muito o Doutor Artur Santos Silva para o projecto.

Bom depois de ele ter aceite, bom o próprio modelo que foi encontrado, portanto fui eu que sugeri o modelo da empresa, por um lado porque tenho a ideia de que efectivamente o que é público tem a obrigação de ser eficiente e funcionar bem, e pronto eu tenho aqui a experiência também de ter construído esta empresa que é 100% pública que é muito eficiente e muito eficaz e muito capaz e portanto quando se começa a pensar na estrutura que vai levar por diante o projecto de início entendeu-se que devia ser uma estrutura do tipo de Lisboa 94 com um comissário e com uma estrutura apoiada num comissário e eu entendi que não, entendi que devíamos ir pela empresarialização, que devíamos ir pela empresa até porque também esta era a forma de se conseguir consubstanciar a mobilização do Doutor Artur Santos Silva, como é evidente o doutor Artur Santos Silva não poderia nunca aceitar, aliás porque já tinha recusado a ideia de ser comissário da Porto 2001 porque isso exigiria a total disponibilidade dele para o projecto, mas de facto com a ideia de se criar uma empresa e ele ser o presidente do Conselho de Administração isso já era compatível com a vida profissional e portanto isso foi determinante para o mobilizar e é muito importante falar-se das pessoas porque os projectos e as instituições materializam-se pelas pessoas, quer dizer, não existe uma instituição pelo simples facto de existir uma casa, uma construção que albergue a instituição. Portanto, a instituição para mim são as pessoas que funcionam nela e que

lhes dão vida. E portanto o projecto para mim era muito importante ter o Doutor Artur Santos Silva na medida em que sabia da sua capacidade e que era uma pessoa extremamente consensual na cidade, também com muita capacidade de influenciar o Governo e de conseguir atrair os recursos que eram necessários, quer através do mecenatos, quer através do apoio que o Governo teria que dar e portanto parecia-me uma chave importante no processo, portanto o mobilizar o Doutor Artur Santos Silva que se conseguiu mobilizar dentro deste conceito de criarmos uma empresa e não de irmos por aquilo que seria mais tradicional que era o comissário em que não havia qualquer hipótese de garantir o contributo do Doutor Artur Santos Silva. Pronto a questão da empresa, de facto quem a põe na mesa e quem a sugere e quem até elabora em parte o projecto de estatutos e isso passa tudo um bocado por mim e portanto a partir desse momento tive de alguma forma um certo retorno desse meu envolvimento que foi a obrigação de participar na primeira estrutura que foi a Comissão Instaladora, pronto, porque o Artur Santos Silva exigiu ao Primeiro Ministro, que quer eu, quer a Doutora Manuela de Melo participássemos na Comissão Instaladora e pronto efectivamente eu aí não tive qualquer hipótese de recusar, na medida em que tinha sido uma pessoa muito interveniente na mobilização dele e portanto não tive condição de recusar o convite dele. E portanto participo na Comissão Instaladora, gostava de salientar que no final da Comissão Instaladora o projecto estava praticamente todo definido e portanto o documento que criamos consegue especificar em grande parte todo o projecto nas diversas áreas e designadamente na parte dos equipamentos culturais é aqui que surge já a Casa da Música e é aqui que surgem também as linhas de força da programação cultural e também todos os eixos, os quatro eixos estratégicos que a própria intervenção urbana iria ter. Portanto depois cria-se a empresa e o Doutor Artur Santos Silva fez questão de nos manter envolvidos, a mim e à Doutora Manuela de Melo e portanto entretanto da comissão instaladora não transitaram para o primeiro Conselho de administração o Pedro Burmester e o homem do teatro, o Ricardo Pais, estes não transitaram, entrou o arquitecto Manuel Fernandes Sá e o Engenheiro Carlos Moreira da Silva . Portanto foi esta a primeira equipa, portanto a primeira Comissão executiva da Porto 2001.

A partir deste momento também participo por dentro nas primeiras decisões da empresa, é evidente que houve aqui toda a preocupação e portanto todo o engendrar do projecto que como se percebe teve muita da minha participação, tinha um pressuposto de base que era perfeitamente aceite pelo Artur Santos Silva que era o da perfeita ligação que

tinha de existir entre a Porto 2001 e a Câmara. Portanto a ligação tinha de ser muito forte e no caso aqui também essas coisas se estabelecem com pessoas, não é, embora aqui se calhar por ventura eu tenha de fazer mea culpa porque devia ter projectado, até do ponto de vista dos vínculos funcionais entre as instituições devia a ter projectado mais impessoalmente, não contando tanto com as ligações que existissem mas devia a ter projectado de forma mais impessoal, mas pronto aí quer dizer as pessoas erram e por ventura depois sentimos às vezes os resultados desses erros. È evidente que com a Manuela de Melo e comigo no executivo da Porto 2001 aparentemente estaria garantido um forte vínculo de ligação entre a Câmara e a Porto 2001 e portanto era conceito do Doutor Artur Santos Silva que a Porto 2001 teria que ser uma emanção da cidade e portanto na componente urbana onde que as coisas teriam de estar muito vinculadas á Câmara, a Porto 2001 era um veículo para executar um conjunto de infra-estruturas urbanas que eram da cidade, que eram um projectos antigos da cidade, e portanto tinha que ser a cidade, ou seja a Câmara de facto a liderar o projecto, quer dizer, embora a Porto 2001 fosse o veículo para as executar e portanto foi assim que foi concebido, foi assim que foi sempre trabalhado, alias há deliberações da Câmara não é que dizem á Porto 2001 quais são os temas que tem de tratar e que deve tratar, portanto as coisas são assim que partem e não o contrário, como tinha de ser alias, portanto é a Câmara que delibera que áreas é que gostaria que a Porto 2001 tratasse e portanto os próprios quatro eixos que são definidos, são definidos pela Câmara e transitam para a Porto 2001 e vários projectos, por exemplo a própria frente urbana do Parque da cidade começa a ser tratada na Câmara, portanto, por mim na Câmara e depois transita para a Porto 2001 porque, tudo porque, efectivamente a Porto 2001 era a forma de a cidade conseguir reivindicar fundos para concretizar projectos e portanto sob uma matriz de conceitos não é portanto os tais eixos estratégicos de intervenção, portanto captava-se recursos para a cidade. Portanto os quatro eixos eram o tratamento da frente da água, os espaços centrais, depois também havia intervenções de coesão social, para que de alguma forma a Porto 2001 também pudesse ter intervenções nos bairros e em sítios da cidade para envolver a cidade toda no projecto e portanto havia os quatro eixos sendo certo que o mais importante era a ligação da cidade à água em complemento com outras intervenções que a Câmara já estava a desenvolver nomeadamente o trabalho da marginal do Douro, portanto o trabalho da frente marítima do parque insere-se na mesma estratégia e depois uma certa centralização na baixa onde estavam os principais pólos culturais, portanto, os principais equipamentos, e portanto fazia sentido de facto

intervir nas praças e reabilitá-las e como nós também tínhamos o projecto também de introdução de muitos parques de estacionamento, portanto havia aqui uma oportunidade de fazer os parques e depois de fazer o tratamento da superfície numa lógica de fazer as pessoas de facto viver a cidade e portanto tentar eliminar o mais possível os automóveis e portanto alargar o espaço público portanto enterrando digamos assim o estacionamento e dotar os passeios de outra dimensão e criar praças com outra dimensão e com outra qualidade.

Mas o vínculo entre a Câmara e a Porto 2001 era, havia uma coesão muito forte, inclusive no início da Porto 2001 havia pessoas da Câmara a trabalhar na Porto 2001, portanto havia pessoas da Câmara a apoiar a Porto 2001 e portanto isso funcionou relativamente bem. Pronto, depois o que é que acontece, acontece que há desinteligências entre o Ministro da Cultura e o Artur Santos Silva e portanto a situação pronto, tornou-se insustentável para o Artur, essa história tem uma leitura minha, mas é preferível de facto não desenvolver muito, porque os principais protagonistas são os dois e portanto eles os dois é que são mais importantes, saber qual é a história que eles fazem desses acontecimentos, mas o que é facto é que o Artur Santos Silva sai e portanto saindo o Artur Santos Silva, portanto, tudo muda e isso coincide com muitas mudanças ao mesmo tempo não é , porque coincide também com a saída do Doutor Fernando Gomes para o Governo, portanto com a minha subida a presidente de Câmara e portanto com também a minha necessária saída da Porto 2001 e portanto houve uma enorme reestruturação do Conselho de Administração e portanto com outros protagonistas e quer dizer efectivamente os vínculos e as ligações que existiam foram um bocado quebradas tendo-se mantido a Manuela de Melo, como sustentáculo de muita coisa, mas o que é certo que o novo Conselho de administração é muito diferente do primeiro e portanto com pessoas muito diferentes e portanto as coisas acabaram por em certa parte terem descarrilado, do meu ponto de vista terem descarrilado, porque os novos protagonistas não conseguiram interpretar a história do processo e quiseram eles próprios serem muito protagonistas e portanto tentaram desgarrar a Porto 2001 da Câmara e da cidade e tornar o projecto individual e portanto uma afirmação muito individual e portanto muito autista face à Câmara e à cidade e portanto isso complicou um pouco...

Irene – a dada altura a Porto 2001 aparece como uma entidade completamente diferente da Câmara quando de facto ela é a fórmula da parceria Câmara Municipal do Porto e Governo, há aqui um...

Nuno Cardoso – um equívoco grande..

Irene- não se percebe se realmente a ideia era canalizar fundos para....

Nuno Cardoso – mas era, mas era...pronto e voltamos a bater na mesma tecla, é que se há coisa que , eu gosto muito dos provérbios populares, acho que têm muita sabedoria mas alguns estão errados, e para mim há uma coisa que está muito errada, de facto dizer-se que não há, quer dizer que o cemitério está cheio de gente insubstituível isso é um grande erro, porque de facto cada pessoas é um ser individual e portanto a Irene tem coisas fantásticas e tem outras piores, provavelmente tenta potenciar as suas melhores e diminuir aquelas em que é mais fraca e portanto ser individual é diferente do outro e portanto dizer-se que é indiferente, esse ditado popular dá ideia que é indiferente para os processos as pessoas que estão à frente deles, e não é , isso é completamente errado, de facto tudo passa pelo pessoal, pelo carácter e pelas vontades das pessoas e então quer dizer a liderança que mudou, mudou completamente tudo, a verdade é essa e portanto não conseguir sequer interpretar qual foi a génese de todo o processo e depois as pessoas têm um carácter diferente, há pessoas que gostam muito de protagonismo e de passarem por cima de tudo e de todos e portanto a situação complica-se

-Irene – Mas o Senhor engenheiro diria que se quebrou uma coisa fundamental que era a confiança?

Nuno Cardoso – é evidente, claro, claro, a confiança, quer dizer a confiança e os projectos....eu estou-lhe a dar uma versão, não sei se isso lhe interessa para alguma coisa, mas de facto quer dizer os processos dependem demais das pessoas, de facto não podemos ter ilusões sobre isso, o sucesso ou insucesso da condução de um processo depende das pessoas que estão envolvidas, isso é indiscutível, é indiscutível, e portanto e aqui neste projecto de facto essa análise é uma análise crucial porque a liderança do doutor Artur Santos Silva face à liderança da Professora Teresa Lago é um abismo porque deixou de perceber a génese do processo, não esteve na génese do processo e

não conseguiu percebê-lo, não conseguiu entendê-lo e adoptou um outro rumo que é um rumo absolutamente estranho porque quer dizer, como é que é possível pensar-se que uma entidade que vai intervir no tecido de uma cidade que tem a sua estrutura legítima de poder e de representação de uma cidade que é a sua Câmara não é e portanto como é que uma entidade que vai intervir no tecido urbano pode pensar que consegue ir contra e ser autónoma, ir contra quem representa a cidade e quem no fundo tem de sentir a sensibilidade da cidade e ser a síntese dessas sensibilidades e portanto e foi isso que aconteceu e portanto de facto a professora Teresa Lago quis, quis quer dizer por ventura imbuída do seu, imbuída daquilo que entendia adequado para o projecto quis autonomiza-lo o mais possível da Câmara, quis que o projecto aparecesse como um projecto sozinho e se afirmasse autonomamente da Câmara e portanto achava que isso era o adequado mas isso efectivamente para além de não ter legitimidade no fundo porque não se pode esperar que a legitimidade que foi conferida pela própria Câmara e a cidade que deu legitimidade para intervir à Porto 2001 no espaço urbano, quer dizer essa legitimidade tinha que se concretizar no dia a dia porque tinha que haver de facto essa ligação, esse vínculo, esse trabalho conjunto no dia a dia para que essa legitimidade se continuasse a confirmar, a partir do momento em que se quer separar e dizer não agora estamos mandatados vamos fazer aquilo que quisermos, não pode ser, não pode ser , porque quando uma cidade estava a sofrer de facto muitíssimo porque a programação das obras não se conseguiu confirmar em nenhum caso não é e portanto também aí eu faço meã culpa porque a ambição do projecto passou muito pela minha ambição, a verdade é essa e portanto eu tinha, pensei que pudesse ser possível e acredito que tivesse sido possível não é, agora infelizmente não se conseguiu controlar o processo, mas que tivesse sido possível desenvolver todo aquele projecto dentro daqueles calendários que estavam programados.

Os calendários estavam programados, eu quando deixei a empresa Porto 2001 em Outubro de 1999 tínhamos um calendário para todas as obras, que desde logo era para começar em Janeiro de 2000, quer dizer estávamos em Junho e não frentes de trabalho e não havia obras, portanto em Junho de 2000 as obras arrancam muitíssimo atrasadas porque os projectos de arquitectura e os projectos de especialidade atrasaram-se e portanto houve um atraso à partida enorme e portanto tudo aquilo começou a descarrilar, os timings começaram todos a descarrilar e portanto o facto de começarmos a ter frentes de obra imensas e um impacto terrível na cidade e portanto a Associação dos Comerciantes, os comerciantes a levantarem-se com toda a situação e portanto

competia-me a mim tentar gerir todas as tensões e era de esperar que a Porto 2001 ouvisse o representante da cidade só que nunca quis ouvir, e entrou numa... entramos, há aí obviamente culpas mútuas mas entrou-se numa guerra entre a Câmara e a Porto 2001, que não era..., quer dizer aliás aquilo desagradava-me no que me diz respeito pessoalmente , é que a Professora Teresa Lago sempre quis por a guerra no plano pessoal, minha contra ela, não tinha nada contra ela eu, mas ela sempre quis por isso no pessoal, quando de facto era muito mais profundo e era a própria estrutura municipal que andava em conflitos com a estrutura da Porto 2001 porque não conseguiam dialogar de maneira nenhuma e portanto havia múltiplos conflitos e isso foi muito penalizante para a cidade e para o projecto, eu daí faço..., tenho também a minha corresponsabilidade , como é evidente , mas foi um bocado difícil e a partir de um determinado momento puro e simplesmente abandonei, abandonei a ideia de poder manter o projecto sob controlo e portanto deixei correr deixei..., esperar, portanto guerras públicas, tentei evitá-las o mais possível porque pensava que efectivamente que continuar a ser público os nossos atritos ainda piorava mais a condução do projecto e portanto tive que tentar aguentar com a má condução que o processo estava a correr mas tentando evitar o máximo possível o eco das dificuldades que estavam a haver entre a Câmara e a Porto 2001. mas de facto acho que isso mancha profundamente o projecto, porque o projecto sendo efectivamente um projecto cultural e nessa componente foi um projecto de grande relevância , de grande importância e de grande sucesso, no que é a imagem pública tem muito mais peso e muito mais força não é na comunicação a questão da intervenção urbana do que propriamente a componente cultural, porque são intervenções mais efémeras, pronto de facto uma programação cultural de extrema qualidade que tivemos, que nem todos usufruímos, só alguns é que conseguiram usufruir dessa programação e portanto todo o impacto positivo na criação de novos públicos e na criação de novas condições para a produção cultural, tudo isso que é importantíssimo de alguma forma fica num plano secundário face ao drama que ainda hoje se vive na cidade da intervenção urbana porque a intervenção urbana efectivamente foi de péssima qualidade, vê-se hoje, a cidade ainda não conseguiu sarar as feridas dessa intervenção urbana, que era supostamente para qualificar a cidade mas que em muitos casos todos temos dúvidas se a qualificou ou se a destruiu, porque também temos de fazer uma crítica aos próprios projectos de arquitectura, muitos deles acho que ficaram muito aquém das expectativas. Houve um grande descontrolo, eu acho que houve um grande descontrolo porque houve também aqui, quer , e em parte eu nisso sou muito

responsável, houve um excesso de voluntarismo, houve um excesso de confiança na qualidade dos projectos e nos projectistas e na ..e ao mesmo tempo o dar-se muita independência e liberdade à criação, que eu defendo isso , mas neste momento se calhar tenho já um conceito um pouco mais evoluído e acho que se deu demasiada liberdade aos arquitectos e acho que é preciso, os projectos tem que ser aferidos, tem que ser amadurecidos , tem que ser criticados, tem que haver sempre um balanço entre o investimento e o resultado desse investimento e pronto e efectivamente eu acho que numa avaliação, pronto que hoje faço, das intervenções urbanas penso que se gastou dinheiro demais para o resultado que se alcançou.

Acho que efectivamente se gastou dinheiro demais face ao resultado que se teve e pronto é de lamentar o descontrolo que ainda subsiste, quer dizer as obras não se acabam, a qualidade parece que em grande parte dos casos não sei se é recuperável porque não se consegue vislumbrar e pronto e há intervenções do ponto de vista da qualidade arquitectónica de muita.., para mim muito duvidosas. Eu, por exemplo tive que sustentar algumas guerras, tive muita guerra durante estes dois anos, eu hoje estou muito numa de grande tranquilidade e de procurar a paz em todos os planos, mas foram dois anos, no meu plano pessoal de muita guerra em muitos campos e tive que sustentar diversas batalhas dentro do meu executivo para garantir que os projectos da Porto 2001 se realizavam da forma como os arquitectos da Porto 2001 queriam que se realizassem, portanto no âmbito e nesse plano de garantir a liberdade criativa e ao mesmo tempo de sentir confiança, quer dizer, tinha confiança nas pessoas , na capacidade das pessoas e portanto admitia que os resultados iam ser bons e portanto tive muita, muita luta no sentido de não desvirtuar os projectos. Desde a frente urbana, que penso que é um grande sucesso, e pronto esse de facto é um grande projecto de arquitectura, pena é que ainda não se tenha tido a habilidade de o pôr a funcionar, pôr a funcionar aquele edifício que é fantástico e pronto, mas é um projecto de arquitectura de grande qualidade e que o tempo vai fazer com que ele amadureça e seja cada vez mais utilizado pelas pessoas, mas foi muito criticado e foi precisa muita energia para o defender como foi público, portanto, houve muitas críticas em relação ao viaduto, em relação aquilo tudo, em relação ao programa da entrada dos ventos marítimos no parque, essas coisas todas e eu tive energia e capacidade para o defender e conseguiu-se realizar na íntegra a ideia do arquitecto Solá Morales. Outras guerras, como por exemplo como o Jardim da Cordoaria, eu hoje arrependo-me tremendamente de ter defendido a manutenção do projecto proposto pela Porto 2001, hoje acho que de facto é um erro enorme que se fez

na Cordoaria, a única vantagem é que o erro é recuperável e um dia por ventura a cidade irá recuperar o Jardim romântico da Cordoaria.

Irene – o Senhor Engenheiro acha que faltou à Porto 2001 uma noção de cultura do Porto, da cidade do Porto. É um Homem do Porto que acha que o povo não foi ouvido?

- Nuno Cardoso - Eu acho que nas intervenções urbanas faltou, acho que faltou um pouco embora estamos a falar de arquitectos de grande nomeada e todos eles do Porto, a não ser o Solá Morales, e pois essa é a intervenção que acaba mais tarde ou mais cedo por ser a mais consensual e a que mais depressa se integrou na cidade, mas as do centro histórico são de facto intervenções de todos os arquitectos do Porto e que portanto deviam ter essa cultura, deviam sentir essa cidade. Mas pronto há de facto assim algumas...Mas eu acho que de facto houve pouco tempo, agora penalizo-me nisso porque de facto nessa mobilização de tentar fazer o máximo possível no mínimo tempo possível, porque também entendia que, pronto eu já tinha a perspectiva muito clara do que se estava a passar na cidade e na Baixa, não é e portanto aquilo que hoje é cada vez via uma mais visível, eu já tinha essa percepção de que havia uma crise muito profunda na Baixa da cidade, não é, portanto essa crise só se pode resolver se infra- estruturarmos a baixa e se lhe dermos qualidade e portanto a ideia de recuperar as infra- estruturas, meter estacionamento, portanto dar logística de estacionamento à Baixa e depois criar espaços públicos de qualidade não é portanto qualificar o espaço público, isso achava que era determinante para suster o declínio da Baixa e portanto entendia que era preferível fazermos um projecto que se concretizasse num ano, vá lá num ano e meio máximo, e portanto pedir o esforço às pessoas para aguentarem esse ano e meio e fazer uma intervenção de grande dimensão em pouco espaço de tempo do que uma intervenção que se estende em cinco seis dez anos e que portanto não se sente o impacto dela, vamos pegar numa ponta, vamos recuperando uma rua, e depois mais uma praça e portanto isso tem um delay enorme e não tem o impacto de um momento para o outro, num golpe a cidade aparecer com as suas praças reabilitadas e com os seus espaços públicos reabilitados. E portanto eu achava que esse golpe era fundamental, não é, portanto achava que valia a pena pedir o esforço às pessoas para essa pressão das obras para um espaço de tempo, mas se o espaço de tempo fosse reduzido e se depois o resultado, sobretudo se o resultado depois fosse muito inequívoco as pessoas rendiam-se à mudança, agora nem o espaço de tempo foi reduzido, nem as soluções são

inequívocas, quer dizer é evidente que temos a Praça D. João I que está muito bem , temos uma rua Passos Manuel que está muito bem, quer dizer que temos algumas coisas que estão bem, Não é , mas não é aquela : encher a boca, dizer é pá a cidade está linda, não está , porque de facto os arquitectos não tinham capacidade para esta obra, não tinham experiência, e portanto foi tudo assim um bocado de voluntarismo, acho que aprendemos muito com tudo isso, mas fizemos muitas asneiras e os arquitectos, pronto, é preciso ver que há que lidar sempre com pessoas, não é, em tudo há que lidar com pessoas e os arquitectos tem de facto um carácter muito forte e uma personalidade muito forte, não são pessoas normalmente fáceis de lidar porque são criadores, são pessoas que se acham artistas, portanto acham que o acto de criar é individual e não é para ser debatido, não é para ser analisado, e portanto isso é um bocado complicado porque pronto se são pessoas com experiência e capacidade e que fazem uma obra que resulte bem é óptimo, mas se não são e se não tem sequer essa experiência e se o resultado não corre bem é muito mau e de facto houve imensos problemas, houve muitos atritos entre os arquitectos e a Câmara e os serviços da Câmara porque e pronto os projectos não estavam bem feitos e não aceitavam as críticas e o que acontece agora está no terreno, portanto as críticas da Câmara foram formuladas em tempo e elas eram justas porque eram de pessoas que naturalmente conhecem bem como é que as coisas funcionam, não é e portanto desde terem projectado ruas que depois os autocarros não se inscrevem nas ruas não é e portanto coisas desse género, erros técnicos que não são admissíveis e que não foram aceites em tempo oportuno as críticas e não foram corrigidas e portanto temos situações incríveis desse género, não é, é complicado, não é, foi tudo um processo muito doloroso, muito complicado, pronto agora há que agarrar as coisas e tentar rectificá-las e algumas mesmo mudar, por exemplo a questão da intervenção na Cordoaria hoje acho que é um erro completo é um absurdo a intervenção que se lá fez e aliás está na experiência que se tem hoje de passar no jardim, de viver o jardim, quer dizer o jardim não diz nada a ninguém.

Irene – Eu acho a fórmula empresarial encontrada para a Porto 2001 uma figura genial para a nossa cultura organizacional, eu gostava de saber qual a opinião do senhor engenheiro neste aspecto, se de facto foram aproveitadas todas as potencialidades do modelo, ou seja o facto de ser uma figura de direito privado no sector público e se isso foi aproveitado?

Nuno Cardoso – Eu acho que foi aproveitado e pronto e se calhar era mesmo a única forma de fazer acontecer o que aconteceu, porque repare eu estou a falar sobretudo sobre o que me dói mais e que e que dói mais às pessoas, mas tentando falar agora mais do positivo, efectivamente que ficamos com uma cidade em termos de equipamentos culturais ao mais alto nível, surgiram equipamentos culturais novos, foram reabilitados os antigos. Temos hoje um Museu Soares dos Reis fantástico, temos uma Cadeia da Relação fantástica, temos uma biblioteca que essa já estava em construção e que era uma iniciativa só da Câmara e que a Porto 2001 deu para lá dinheiro mas pronto temos uma biblioteca de facto muito boa, a melhor é a antiga, mas esta de facto é muito interessante enquanto equipamento que mobiliza as pessoas para a leitura que é a Almeida Garrett, portanto temos de facto um conjunto de salas de espectáculo muito boas também, falta inaugurar o ANCA, e falta a Casa da Música. Mas portando a cidade num ponto de vista dos equipamentos culturais deu um grande salto durante e com o Projecto da Porto 2001 e portanto há que sublinhar estes aspectos, há que sublinhar também todo o apoio que se deu às estruturas de base e à criação. Há um projecto fantástico que infelizmente ainda não abriu que é um ninho de empresas culturais que se está a criar no Freixo e também foi a Câmara, quer dizer fui eu que criei a oportunidade de aquele espaço existir e pronto e a Câmara fez com que a Porto 2001 e o IEFP criassem aquele ninho de empresas culturais, portanto há muitas coisas que de facto surgiu, muita semente que se deitou e que agora precisava de ser regada e de ser acarinhada não é e por ventura o choque de 2002 e de 2003 efectivamente pode estar a matar muito daquilo que se deitou à terra mas o veículo empresarial foi fundamental para que tudo isto acontecesse porque o projecto tem uma dimensão impressionante, é esmagador o projecto em si, desde a componente cultural da programação que é muito rico e muito inovador em muitos aspectos e que teve um financiamento dentro do que era razoável e do que é mais ou menos médio na Europa, mas depois toda a componente de infra-estruturas culturais, portanto os equipamentos culturais foi um enorme salto para a cidade e depois a componente urbana que se calhar temos de por num segundo plano de relevância face a tudo o resto que infelizmente nunca foi isso, eu acho que aí tentei sempre dizer ao Artur Santos Silva que ele devia falar menos da renovação urbana mas de facto um dos seus maiores cariz, ele de facto ele mobilizou-se muito por isso e eu acho que isso foi mau, foi mau passar-se a mensagem de que a Porto 2001 era muito esse eixo, devia-se ter passado a mensagem que a Porto 2001 era programação cultural num primeiro plano era as infra-estruturas e os equipamentos culturais e portanto a

componente urbana era uma componente paralela e que apoiava, mas não era central, não é, e eu acho que aí o Artur errou porque lhe deu sempre um aspecto muito central na intervenção da Porto 2001 e acho que isso foi muito mau porque ainda hoje estamos ...e nunca mais conseguiremos ter outra imagem da Porto 2001 que não seja em primeiro pensarmos na intervenção urbana quando de facto isso é secundário, tem de ser sempre secundário num projecto cultural desse tipo, não é.

Irene – A Porto 2001 era uma estrutura empresarial e não era necessário, por exemplo, abrir concurso público, mas essa vertente não foi explorada porque abriram-se concursos na mesma, quais foram as razões ...

Nuno Cardoso – eu acho que a Porto 2001 foi sempre gerida por pessoas de grande seriedade, não é, isso é indiscutível, e portanto quando agora se levantam problemas desse nível é portanto de grande indelicadeza para com toda a gente, não é, e isso demonstra exactamente isso que lhe estou a dizer, é que não obstante nós termos criado do ponto de vista legal um projecto que era um fórmula 1, não é, quer dizer não se fez nada de novo, porque pegou-se na estrutura da EXPO e portanto trasladou-se mais ou menos as leis enquadradoras e o esquema funcional da EXPO e ainda se tentou agilizar aquele quadro, ainda se tentou ir mais longe para dar capacidade de actuar à Porto 2001, mas depois efectivamente as pessoas, como estamos a falar de dinheiros públicos, têm sempre muita relutância em fazer adjudicações directas e fazer coisas dessas, isso é assim mesmo porque as pessoas querem ter alguma segurança e se não obstante terem feito concursos públicos e tudo mais ainda há quem possa sempre suscitar dúvidas em relação à seriedade dos processos, quanto mais não seria se só tivessem feito adjudicações directas, não é. Agora, porque há essa cultura de que a despesa pública passa por estes concursos públicos e essas coisas, tenho muitas dúvidas, porque da minha experiência que é muita nestas matérias, tenho dúvidas que às vezes um concurso público leva a que se consiga adjudicar a obra a quem tem mais competência a quem vai garantir que a obra seja feita com mais qualidade e portanto às vezes o barato sai caro, portanto se formos por um critério de adjudicar o mais barato às vezes sai caro e portanto isto é tudo um pouco complexo, mas pronto as pessoas também tem que se defender e portanto a modalidade do concurso público foi adoptada sempre em quase permanência mas podia não o ter sido como diz e muito bem e por ventura todos os timings da obras teriam sido por ventura outros. É difícil, a história não se repete mais,

há que aprender com os processos e fazer com que noutras condições as pessoas não cometam os mesmos erros, mas aqui na intervenção urbana ou que pecou efectivamente foi não se ter conseguido uma adequada calendarização e o cumprimento dos programas de obra, e depois começou tudo a resvalar e isso tornou tudo muito complicado porque depois a tensão na cidade era muito grande e pronto, foi público um bloqueio que fiz e que tive mesmo que fazer, porque a dado momento com a cidade completamente esburacada ainda queriam intervir na Praça da Liberdade e portanto eu isso não permiti. Não permiti que se intervisse na Praça da Liberdade porque senão pura e simplesmente não tinham onde pôr o pé na cidade, mas acho que há ..alguma amargura, como pode imaginar, nas minhas palavras, porque sinto-me muito responsável pelo que se passou, fui um interveniente em primeira linha, desde a concepção de muita coisa à própria execução e ao próprio controlo, estive sempre na primeira linha do processo e estive sempre com expectativas muito maiores do que aquelas que se confirmaram e portanto sinto alguma amargura nisso em não ter conseguido concretizar o projecto que tinha na cabeça e da forma como eu gostava que tivessem acontecido as coisas, não é, de facto houve muita mudança de pessoas e as pessoas fazem tudo...

Irene – o facto de ter mudado quatro vezes de Ministro da Cultura, também foi determinante?

Nuno Cardoso- também de facto influencia, o deu mais autonomia à própria administração da Porto 2001 porque os próprios ministros já não conheciam nada do processo e a história do processo os ministros não a tinham e tudo isso foi complicado e tornou complicado a intervenção e portanto acho que há um erro de base por parte da Professora Teresa Lago que é de facto não ter percebido o vínculo a que estava submetida a intervenção urbana em relação à cidade e à Câmara, é evidente que era uma intervenção que tinha que estar completamente vinculada à Câmara e que a Câmara tinha que comandar o processo, e portanto quando ela não percebe isso pronto, as coisas complicaram-se...

Irene – mas a Professora Teresa lago foi escolhida pela Câmara? Ou

Nuno Cardoso – Não a Professora Teresa Lago foi escolhida por mim, quer dizer e as coisas, as coisas....o processo de escolha da Professora Teresa Lago...posso contar a

história...portanto o Ministro ao fim de 15 dias ou 3 semanas de o Doutor Artur Santos Silva ainda não tinha conseguido encontrar ninguém para o cargo ...há aqui uma coisa que...por acaso vale a pena contar esta história, já que estamos a fazer história, vale a pena este testemunho...É assim, se eu engendrei todo este processo, eu a dado momento do campeonato percebi que se calhar havia que fazer algumas alterações à estrutura da Porto 2001 e portanto quando sai o Doutor Artur Santos Silva e portanto quando se põe em causa toda a Administração, há que escolher praticamente uma administração toda nova, eu entendi que, portanto estamos a falar de Outubro de 1999, entendi que era o momento oportuno de separar a parte cultural da parte de intervenção urbana, e hoje se calhar se há coisa de que arrependo é de não ter lutado por isso até ao fim, mas entendi que devíamos criar duas empresas, portanto, uma empresa a Porto 2001, portanto a componente cultural que teria a programação do evento e mais nada, e tudo o que fosse obras e portanto ficava aqui por saber se a questão dos equipamentos culturais ficava na área da programação ou se ficava na empresa de obras mas até os equipamentos culturais eu achava que deviam ir para a empresa de obras e portanto separávamos e fazíamos duas estruturas empresariais, uma para o evento só por si e para garantir o sucesso do evento e outra para garantir a construção dos equipamentos e das obras públicas e portanto era essa a minha opinião e defendi essa opinião, depois no momento em que estávamos a escolher o futuro presidente chegou a estar quase nomeado o Doutor Nuno Azevedo, e o Ministro convida o Doutor Nuno Azevedo, o Doutor Nuno Azevedo obviamente quer falar com o Presidente da Câmara, eu falo com o Nuno Azevedo e explico-lhe que a minha ideia é separar estas duas empresas, e o Nuno Azevedo que também queria sobretudo a questão da intervenção urbana achou que era complicado separar e portanto já não se via muito bem neste enquadramento e portanto declina o convite por causa da minha ideia de separar as duas empresas. Portanto este é um dado que se calhar nunca tinha ouvido falar.

Irene- não, é a primeira vez.

Nuno Cardoso – exactamente e então quando o Ministro Carrilho me liga uma Sexta feira à noite e diz senhor presidente convido-o a ser você a escolher o Presidente da Porto 2001 e portanto ou seja uma responsabilidade que é do Ministro ele entrega-ma a mim, ou seja ele demite-se perante mim da sua responsabilidade, e eu aceitei porque não tinha gostado do processo com o Doutor Artur Santos Silva, alias foi público o meu total apoio e solidariedade ao Artur Santos Silva e portanto naquele momento quando o

Ministro se entrega a mim eu achei interessantíssimo, e sim senhor aceito, no fundo era isso que ele estava a fazer, era demitir-se perante mim de uma responsabilidade que era dele e portanto eu aceitei e em conclusão a que é que eu fiquei obrigado? Fiquei obrigado a que no Sábado a seguir eu tinha que ter alguém porque na política as coisas tem timing, e portanto depois de 15 dias ou mais sem uma decisão quando o Ministro me entrega essa responsabilidade eu digo é pá amanhã tenho que ter alguém e portanto o processo é assim e então como é que é? como é que eu me gizei na questão da escolha, à partida eu disse para comigo, bom tem de ser alguém que conheça o projecto, não pode ser alguém que caia aqui de paraquedas porque o projecto é de tal dimensão que só ler os dossiers uma pessoa perde um mês ou mais para tentar enquadrar-se no processo, e portanto eu disse tem de ser alguém que já conheça, alguém que já conheça tinha de estar no Conselho de Administração ou no Conselho Consultivo, portanto tínhamos cerca de 19 no Conselho de administração, mas 5 eram da Comissão executiva, portanto eram 14 pessoas e mais outras tantas se calhar no conselho consultivo e portanto olhei para elas e tentei ver quem é que podia ser definindo também critérios para essa escolha, e quais foram os critérios agora segundos, portanto criei o grupo onde teria que escolher alguém que era ou membro do Conselho de Administração ou membro do Conselho Consultivo, portanto dentro desse grupo como é que eu iria seleccionar? Quais foram os critérios? Repare, tem de ser uma pessoa que seja o mais distinta possível do Doutor Artur Santos Silva, porque é evidente que se fosse uma pessoa que tivesse um perfil próximo do Artur, o projecto ficava logo secundarizado, porque melhor do que o Artur não se conseguia arranjar, não é , a situação era essa, portanto o perfil era um gajo muito diferente do Artur, pronto, depois, de facto alguém que tivesse perfil de liderança e que pudesse ser mobilizável que se conseguisse mobilizar para o projecto e olhando para aquilo tudo fiquei com dois nomes, que foi a Teresa Lago e o Sobrinho Simões, e depois havia que contactar, o Sobrinho Simões nem sequer o consegui contactar nesse Sábado, mas também penso que ele não havia grandes condições e ele não conseguia aceitar , e portanto consegui falar com a Teresa, Teresa essa que estava a partir para o Algarve para passar uns dias de férias, suspendeu a partida, veio ter comigo às três da tarde de Sábado, eu liguei-lhe ao meio dia, às três da tarde veio ter comigo, começo a conversar com ela a explicar-lhe o que é que se estava a passar e não sei quê, peu, peu péu, ela não sabe portanto para que é que eu estou a conversar, porque eu próprio também não sabia se ia convidá-la apenas para integrar o Conselho de administração ou para presidir o Conselho e

portanto durante a conversa eu próprio me decido a convidá-la a ser presidente do Conselho de administração e pronto e ela ali mesmo me disse que aceitou e isso demonstra também uma componente do carácter dela que é uma grande capacidade de decisão e muita força, não é, não consultou absolutamente ninguém, disse-me que aceitava assim directamente, pronto e isso foi logo anunciado às 6 ou 7 da tarde na Câmara e convidei-a a ela vir à Câmara para anunciarmos a nomeação dela, obviamente falta dizer os telefonemas que tive de fazer ao Ministro e pronto e assim foi não é , mas eu conhecia muito mal a Professora Teresa Lago, conhecia de alguns contactos que tinha tido com ela na Câmara, sabia que ela tinha desenvolvido o projecto com sucesso do Planetário e tinha sido um processo muito difícil que ela tinha sido muito tenaz para conseguir que o processo se levasse por diante, portanto, tinha algumas componentes do carácter dela da sua capacidade e determinação e da sua força e portanto e tudo isso me parecia muito importante para o projecto e de facto ser tão distinta do Artur Santos Silva, desde logo era uma mulher e ela um homem e pronto foi assim.

Entrevista a Prof. Doutora Teresa Lago

Entrevista de Teresa lago, no Planetário do Porto, no dia 2 de Julho de 2003 pelas 10 horas

Irene- a primeira pergunta que eu queria fazer à professora é a seguinte: - considera que é correcto dizer que a sociedade Porto 2001 foi a forma encontrada para materializar a parceria, a parceria entre a Câmara municipal do Porto e o Governo?

Teresa Lago- eu acho que sim eu diria que foi uma forma, digamos uma fórmula espacial de tentar usar a capital europeia da cultura como um pretexto para a modernização da cidade e para a equipar e dotar com equipamento culturais adequados que faziam falta e com um espaço público adequado ao nível de uma capital europeia.

Irene- mas trabalhar no âmbito de uma parceria é sempre um desafio difícil e como é que encarou esse desafio, mas como é que foi a experiência da Professora neste desafio. Pode falar sobre a sua experiência?

Teresa Lago- foi uma experiência extremamente interessante porque o projecto era um projecto muito ambicioso. Ambicioso nos seus objectivos e ambicioso e também relativamente ao tempo que dispunha para a sua realização, e também foi ambicioso pela fórmula que escolheu de programa para a capital europeia da cultura. A maioria das capitais europeias da cultura limita-se a uma programação cultural, e às vezes a uma obra ou outra, uma intervenção ou outra num espaço cultural, mas sempre uma intervenção limitada. A Sociedade Porto 2001 apostou muito arrojadamente na construção de diversos equipamentos culturais que ficaram para a cidade, a renovação e ampliação considerável do Museu Nacional Soares dos Reis, a recuperação da Cadeia da Relação para instalar o Centro Português de Fotografias, que é um centro nacional, a recuperação dos Claustros de São Bento da Vitória para fazer uma nova sala de música para o Porto, a construção da biblioteca Almeida Garrett, e muitas outras e naturalmente a casa da música, também uma grande aposta da sociedade Porto 2001. Para além disso, destes equipamentos culturais que foram em dimensão e em orçamento notáveis e incomparáveis com outras capitais europeias da cultura, houve também uma massiva intervenção no espaço público, principalmente tentando deixar obras que não seriam

obra do quotidiano, portanto tentando associar uma marca de qualidade e de cosmopolitanismo às obras que foram feitas,. Estou-me a lembrar por exemplo da orla marítima do parque da cidade, dos Caminhos do Romântico, diria mesmo da reconstrução para todos os efeitos, do redesenho do Jardim da Cordoaria , da zona envolvente , principalmente da zona da Baixa que foi integrada como ponto de intervenção do projecto.

Irene- foram vários os seus parceiros a Câmara Municipal e o Governo , mas e eu queria saber se foi difícil comandar este ...

Teresa Lago- Eu ia corrigir, nós tínhamos muito mais parceiros, de facto a sociedade tinha como sócios, como accionistas o Governo com 87% ou mais do capital e a Câmara do Porto mas além dos accionistas que para todos os efeitos escolhiam o conselho de administração e aprovavam os orçamentos etc havia uma série de parceiros na sociedade civil, não só as instituições culturais que se envolveram mas também a nível do mecenato. Até na área do mecenato a Capital europeia da Cultural foi extremamente inovadora, aquilo que nós tínhamos no orçamento para mecenato eram 2,8 milhões de contos, cerca de 6% do orçamento global da sociedade e em Portugal não há experiência nem há prática regular habitual do mecenato dessa ordem de grandeza, portanto nós tínhamos como parceiros de facto, eu diria até parceiros preferenciais uma série de empresas nacionais que se reviam no programa da capital europeia da cultura e depois tínhamos parceria também com a população do Porto que se envolvia em todos os eventos criando uma enorme pressão para a necessidade de oferta da muita qualidade.

Irene - como é que a professora define o termo parceria?

Teresa Lago- Parceria aqui eu defini-la-ia como entidades ou pessoas que tem um objectivo comum e que se envolvem para a sua realização. Esse envolvimento pode ser de diferentes maneiras naturalmente há o envolvimento dos elementos da equipa da Porto 2001 que tinham um enorme investimento das suas pessoas e do seu tempo porque e eu diria num termo que é creio futebolístico,que não uso muitas vezes mas que de facto creio que é correcto, vestiram a camisola da uma maneira única e portanto isso é um tipo de parceria naturalmente porque sem o envolvimento completo da equipa

seria muito difícil executar o projecto, sem a equipa sentir que o projecto era seu mas havia também o envolvimento de instituições, de empresas, por exemplo na parte cultural o facto de termos conseguido associar o programa cultural de todas as instituições e integra-lo apresentando num todo como sendo do programa do Porto capital europeia da cultura é para mim um sinal de uma parceria única e de que não havia a experiência anterior nem no Porto e creio que em nenhuma outra cidade do país. E depois há aquelas cumplicidades mais do que parcerias que era o apoio que nos era dado, incentivos que nos eram dados por muitas formas cartas, comunicações, correio electrónico, curiosidade, perguntas sobre o que iria acontecer e a presença sempre massiva do público em todo o tipo de eventos da Capital Europeia da Cultura.

Irene- o diálogo relacional ou cultural entre os parceiros era diferente ou foi-se construindo ao longo do ...

Teresa Lago – eu acho que se foi construindo, eu acho que se foi construindo até porque a sociedade Porto 2001 sofreu uma série de precalços, por exemplo teve passados poucos meses mudado de administração, a sociedade foi constituída em Janeiro de 99, melhor final de Janeiro, inicio Fevereiro de 99 e a primeira administração decidiu cessou funções, decidiu sair em Novembro e portanto houve uma interrupção muito brusca numa fase que era crucial, numa fase em que era preciso passada aquela primeira fase de sonho inicial era preciso começar a concretizar e portanto era preciso rever o projecto em termos de conteúdos e adequa-lo quer ao tempo disponível que aos financiamentos que estavam disponíveis, depois eram...., repare nós tivemos por exemplo quatro ministros da cultura. O ministro da cultura era o representante do accionista principal, o ministério da cultura e portanto de alguma maneira o elemento principal com quem a sociedade, ou o presidente da sociedade dialogava só o facto ter sido quatro ministros da cultura durante a vida da sociedade naturalmente que não deixa ser um precalço também..

Irene – foi condicionante?

Teresa Lago - foi condicionante naturalmente mas foi sempre possível durante a maior parte de..., claro que com o último ministro houve muito pouco contacto porque ele

entrou em funções em fins de Março ou Abril e nós terminamos em Junho, com os outros 3 ministros anteriores foi sempre possível estabelecer-se um excelente diálogo, mas naturalmente que este dialogo teve de ser construído, quer dizer houve necessidade de apresentar o projecto de justificar, ganhar a confiança, com excepção naturalmente do primeiro ministro da cultura que tinha sido um dos promotores ou o promotor principal deste projecto

Irene – como é que explica que perante o público apareçam três pessoas diferentes, a Câmara Municipal, o Governo, através do Ministério da cultura e outros Ministérios e a Porto2001, não sendo a Porto 2001 a ponte entre os dois?

Teresa Lago – eu suponho que não, por exemplo como ministério da cultura o ministro representava a tutela do governo e portanto eu acho que é dada a posição maioritária do governo na sociedade é perfeitamente natural que a presença do ministro da cultura seja uma presença forte mesmo assim houve sempre um excelente entendimento com o ministério da cultura, e naturalmente o ministro tem o peso institucional que lhe está atribuído. O que é natural. Com a Câmara do Porto houve durante algum tempo um diálogo normal . A certa altura houve dificuldades nesse dialogo principalmente porque houve uma perturbação dada a proximidade das eleições municipais, eu estou convencida que se não tivesse havido eleições para a câmara no final de 2001 o que levou a lutas individuais até mesmo dentro de um mesmo partido sobre quem seria o protagonista destas eleições em nome desse partido que era ao partido PS que geria a Câmara eu suponho que se não houvesse essas eleições e portanto uma tentativa de monopolizar a Porto 2001 ao serviço de um possível protagonista se não fosse esta questão eu suponho que o relacionamento teria sido muito mais normal .

Irene- A professora acha que o projecto e o evento 2001 foram vítimas da conjuntura política?

Teresa Lago – repare a sociedade normalmente recebe a informação pela comunicação social. A comunicação social tem uma tendência selectiva para o que corre mal, portanto é muito raro a comunicação social referir o que corre bem. Muita coisa correu bem. Há muitas marcas que se deixaram. A única pergunta que me está a fazer praticamente é sobre os conflitos que houve.... e houve conflitos. Eu diria que os

conflitos foram unidireccionais. Eu diria que houve conflitos predominantemente da Câmara no sentido da Sociedade Porto 2001, mais do que da Sociedade Porto 2001 no sentido da Câmara. Repare que é preciso também lembrar-se que a Sociedade Porto 2001 tinha poderes, o estatuto da Sociedade dava-lhe poderes semelhantes aos da Autarquia, partilhando o mesmo espaço. Portanto enquanto não houve objectivos individuais, de protagonismo individual político por parte de quem estava na Câmara naturalmente que havia uma convivência equilibrada. A partir do momento em que há tentativas de monopolização dos resultados da Porto 2001 personalizando-os, entramos naturalmente nalguma área de conflito se quem está à frente da Porto 2001 entende que aquilo é um projecto nacional, aliás um projecto europeu que deve estar acima das políticas locais

Irene – Professora, entende que o facto de ter usado uma forma privada, uma sociedade comercial anónima privada,

Teresa Lago - ...de capitais públicos

Irene- de capitais públicos, mas uma forma de direito comercial para prosseguir interesses públicos traduz-se numa maior celeridade dos processos,

Teresa Lago – evidente

Irene – aproveitaram as potencialidades dessa figura?

Teresa Lago – completamente. Aproveitamos essa figura completamente porque senão não teria sido possível fazer nem um décimo da obra que foi feita.

Irene – é isso que motiva a alteração dos estatutos? A alteração feita através do DL 138/2001?

Teresa Lago – sim, mas a alteração dos estatutos, refere-se a uma alteração feita em 2001? Essa alteração dos estatutos não foi por isso. Essa alteração dos estatutos foi para integrar o capital social proveniente do Polis. Como a sociedade Porto 2001 tinha

projectos que interessaram ao Polis e para os quais não havia até Dezembro 1999 garantido qualquer financiamento, naturalmente quando conversamos com o Ministério do Ambiente e tentamos sensibilizar o Ministério do Ambiente para estes projectos que eram de índole fortemente ambiental digamos e que se integravam no Polis houve um acordo de que a sociedade Porto 2001 fosse financiada pelo Polis e fosse a sociedade gestora desse projecto polis e é por isso que o projecto do parque da cidade da orla marítima foi estendido, foi alargado integrando a Avenida de Montevideu e aquele é um projecto Polis/Porto que foi gerido pela Sociedade Porto 2001. E portanto para haver lugar ao aumento do capital social por causa do Polis foi feita a alteração do Decreto Lei, essencialmente por isso.

Irene- mas por exemplo não ter de seguir as regras do concurso público do DL 59/99..

Teresa Lago – mas isso já estava no decreto lei, no estatuto inicial da Sociedade Porto 2001..

Irene – isso foi importante?

Teresa Lago – repare nós fizemos sempre concursos públicos. Por uma questão de segurança fizemos sempre, mas poderíamos não ter feito mas fize-mo-lo por uma questão de transparência, e por uma questão de segurança das intenções de quem estava à frente da sociedade. Como sabe toda a parte ligada a construções e

Tocou o telefone..

Teresa Lago – dá-me só licença que eu vou...

Teresa Lago – mas estávamos a falar de, dos concursos públicos, portanto nós fizemos sempre concursos públicos, não fizemos nenhuma obra sem concursos públicos, embora pudessem ter feito. Agora nós, Tínhamos um grau de liberdade também diferente de qualquer Câmara embora tivéssemos os poderes idênticos aos da Câmara com excepção dos poderes expropriatórios. A sociedade Porto 2001 não tinha poderes expropriatórios mas, por exemplo nós podíamos acelerar os processo de adjudicação, por exemplo o estatuto conferia-nos uma vantagem que alias essa foi essencial que era qualquer

projecto que tinha sempre de , todos os projectos de intervenção do espaço público tinham sempre de ser aprovados na Câmara Municipal do Porto, mas se não fosse aprovado, se o parecer não viesse nos próximos 30 dias nós podíamos.., considerava-se aprovado tacitamente, ora se não fosse isso nós não tínhamos feito nada, porque de facto essa teria sido uma das razões de atraso. Teria sido uma das razões de atraso. Há vários projectos, foram sempre todos submetidos à discussão da Câmara Municipal do Porto, mas alguns deles, o chamado veto doce, não eram analisados e portanto nós avançávamos porque a lei nos conferia essa possibilidade, isso numa fase mais adiantada em que havia algum conflito.

Irene –Professora como é que explica a resistência da Associação Comercial do Porto, em termos de não ter contribuído com o URBCOM?

Teresa Lago – eu acho que aí há duas fases, há duas componentes, há uma componente que é obviamente política e que depois se tornou clara durante as eleições para a Câmara do Porto. Portanto havia obviamente uma manipulação política da parte do responsável pela Associação dos comerciantes e havia uma ignorância, eu diria, do processo, porque eu não queria... Repare a Associação Comercial do Porto não era a única parceira, era a Câmara Municipal do Porto, era a Sociedade Porto 2001, era a Associação dos Industriais de Hotelaria do Norte, a Unis.Norte, creio que se chamava assim, estes três parceiros e a Associação dos Comerciantes do Porto. A Associação dos Comerciantes do Porto teve eleições em Março ou Abril de 2000. A anterior direcção aprovou o programa do Urbcom, nós não pudemos submeter a candidatura porque tivemos de estar à espera da regulamentação do Urbcom e como essa regulamentação saiu creio que em Abril e tinha havido eleições, ou estava para haver eleições, creio que em Março de 2000, a Sociedade Porto 2001 entendeu que não seria, que não era razoável avançar com a candidatura e não esperar pelo resultados das eleições que eram 15 dias, ou coisa do género, e foi isso que nós fizemos, e portanto eu creio que o facto de uma direcção anterior ter aprovado e o facto de haver eleições políticas, digamos eleições para a Câmara em breve, e portanto com uma forte componente política forte de disputa partidária, naturalmente que foram a causa principal, com um argumento que não tem sentido, porque o argumento usado pela Presidente da Associação dos Comerciantes do Porto é que a Sociedade Porto 2001 é que tinha preparado o programa.

Naturalmente aquilo foi um projecto que custou muito dinheiro, que levou um ano a ser preparado, o estudo é um estudo que não se faz em 15 dias, é um estudo detalhado com a identificação da área de intervenção e das necessidades loja a loja e portanto levava muito tempo, no programa anterior seria a Sociedade Porto 2001 a preparar o programa e a integra-lo eram as regras que estavam em uso, no novo esta competência passou para a Associação dos Comerciantes do Porto e embora nos fosse dito pela maioria dos comerciantes dos Porto como membros da Associação que estavam de acordo com o conteúdo da proposta, de facto a nova direcção, não sei se por oposição à anterior, porque houve uma mudança de direcção, não sei se por uma questão politica opor-se a isso, e o resultado foi que digamos que, o Urbcom, não sei se está agora a iniciar-se foi um atraso de 4 anos

Irene –Professora, agora uma última pergunta, o que é que sente pela Casa da Musica, como é que vê a Casa da Música?

Teresa Lago – a Casa da Música é um projecto de grande dimensão, é um projecto importante para a cidade, um projecto importante para o país é uma marca de qualidade que a Porto 2001 quis deixar. Só isso.

Entrevista à Deputada Manuela de Melo

Entrevista com a Dra. Manuela de Melo

Irene – Em 98 foi a Estrasburgo apresentar a candidatura do Porto a candidato a Capital Europeia da Cultura? Poderia falar sobre isso

MANUELA DE MELO – Não foi em 98, foi em 97. Foi assim, em finais de 96 quando estava a fazer o plano e o orçamento da Câmara para 97, dei-me conta que a quantidade de equipamentos que estavam em curso e que portanto em principio estariam prontos até 2000, 2001 pela dinâmica que entretanto se tinha gerado na cidade por influência de instituições muito variadas e dependentes quer do governo central quer da autarquia quer de instituições privadas. Era importante marcar o início do novo milénio com algum evento que desse digamos que estabelecesse um limite para que essas obras básicas e essa dinâmica poderem estar prontas por um lado e por outro haver um evento que lhes desse visibilidade. Portanto tinha havido durante 15 anos um trabalho relativamente invisível aqui no Porto em muitos aspectos e a ideia foi: qual o evento que podia ser feito que pudesse potenciar todo esse trabalho de preparação de criação de públicos de criação de infra-estruturas que estava a ser desenvolvido e aí consultando a questão das listagens das Capitais Europeias da Cultura eu verifiquei que em 2001 ainda não tinham escolhido a capital europeia da cultura e portanto nesse plano e orçamento que elaborei e que foi aprovado na câmara no final de 96 eu dizia que a certa altura que com esta dinâmica e com estes equipamentos era importante que o Porto iniciasse o novo milénio o novo século de uma forma que lhe permitisse ter uma visibilidade pelo menos semelhante aquela que tinha no final do século dezanove e que durante o ano todo o século vinte relativamente foi perdendo e mesmo com o 25 de Abril conseguiu de alguma maneira inverter mas que foi lenta a inversão e que nessa altura se estava a notar. Portanto depois essa candidatura foi enviada ao ministério da cultura porque é uma candidatura que não pode ser apresentada por uma cidade tem que ser apresentada pelo governo do país. O ministro da cultura na altura também tinha pedido praticamente ao mesmo, pouco tempo depois, anunciou essa mesma ideia. Portanto houve uma conjugação desde o início, até nos objectivos, e aquilo que se passou é que houve um primeiro texto de candidatura que foi apresentado em Junho. E depois uma segunda apresentação da candidatura já depois de elementos da comissão europeia de vários

técnico terem vindo fazer uma vistoria às oito cidades que entretanto teriam apresentado também candidatura. Portanto eles fizeram essa vistoria para verificar que aquilo que estava na candidatura realmente existia e funcionava e depois em Novembro de 97 sim, aí fui ao Luxemburgo apresentar formalmente a candidatura pronta além de um livro que foi publicado com umas informações básicas e de um vídeo sobre a cidade e sobre os equipamentos. Houve uma apresentação oral em que foram explicitados os objectivos o que pretendíamos fazer e nessa altura tínhamos uma ideia do orçamento que viria a gastar. Sobretudo nessa altura havia duas componentes: a programação cultural e os equipamentos culturais, ainda não havia a parte da renovação urbana que apareceu depois. Isto em Novembro de 97. A resposta da união europeia, ou seja, a escolha entre as cidades, e a resposta chegou só final de Maio de 98: a partir desse momento portanto o Porto e Roterdão foram escolhidas e ambas as cidades passaram a ter a responsabilidade de organizar as capitais europeias da cultura de 2001.

Irene – Deu uma entrevista na revista Focus, em 2000, e em que a Senhora Deputada fala em “Pontes para o Futuro”. Quem é que escolheu este slogan ou lema digamos para a Porto 2001?.

Deputada – Bem na primeira candidatura nós tínhamos escolhido um lema que era “Cidades das Pontes” porque a história do Porto conta muito através com as suas pontes desde aquelas que desapareceram até aquelas que restavam, as que já existiam e aquelas que estavam programadas. Digamos que o salto desde a ponte das vacas enfim até à Ponte de Pêncio que desapareceu a ponte Dom Luís I a ponte Dona Maria I que é a ferrovia a chegar cá acima a Ponte Dona Maria que é o trânsito rodoviário depois a ponte D’Arrábida que permite a evolução de toda a zona oriental da cidade e depois as pontes do Freixo a ponte S. João e as pontes previstas, a Ponte do Infante etc., etc. Portanto nós assentamos o tema as Cidades e as Pontes. Pontes pressupõem sempre algo que está no meio o rio neste caso as suas margens e as estruturas de ligação entre elas portanto, tinham o sentido físico e histórico definido na cidade do Porto mas também carregavam um sentido metafórico muito grande. Como fomos escolhidos com Roterdão e Roterdão tem 400 pontes nós evoluímos neste conceito e já depois de constituída a sociedade logo a primeira coisa portanto a partir a sociedade foi constituída em Janeiro de 1999, 31 de Janeiro de 1999, portanto logo a primeira coisa que fiz com os programadores foi burilar o conceito de maneira a poder não ser Cidades

Pontes porque em contraponto com Roterdão parecia um pouco ridículo e então evoluímos para este conceito Pontes para o Futuro. Ou Seja, manter o sentido da Ponte mas, ligar um pouco o final do século IX a Ponte começava aí digamos o primeiro pilar com todo o século XX que foi digamos assim algo especial da programação quer a nível nacional quer nas relações internacionais na nossa promoção internacional e abordar temas e lançar reptos e desafios que tinham a ver com o século seguinte e daí “Pontes para o Futuro”. Portanto mesmo aquilo em que assentava as suas bases na história, tinha sempre era sempre analisado numa perspectiva e agora? o que fazer com este património?, se quiser no sentido amplo, como projectar no futuro?, foi aí que nasceu esse conceito. Portanto desenvolveu e acabou por abarcar não só a programação cultural que foi a área onde ele nasceu mas toda a área de marketing a área dos, dos.... da própria renovação urbana, etc., da própria sociedade.

Irene – Como é que surge esta vertente da renovação urbana?

Deputada - Surge quando é convidado portanto depois da decisão da União Europeia em Maio de 98 o Governo e a Câmara convidou o Dr. Artur Santos Silva para ser digamos assim o responsável máximo pelo desenvolvimento do projecto, e a primeira fase desse projecto foi, não por decisão do Dr. Artur Santos Silva, mas foi portanto para ser convidado presidente de uma comissão instaladora dum instituição que essa comissão instaladora teria de definir. No trabalho dessa comissão instaladora que foi feito entre Julho e Setembro de 98 nasceu portanto a vertente renovação urbana ligada a uma ideia, nós tínhamos a programação cultural, tínhamos os equipamentos ligados, também nasceu aí por exemplo, a casa da música, aquilo que estava previsto era uma recuperação de dos equipamentos o acelerar os equipamentos existentes. Não estava previsto nenhum novo equipamento, a casa da música nasce como projecto cultural e como projecto digamos físico que ao dividir projecto cultural durante a comissão instaladora e portanto nasce aí também a renovação urbana, no sentido mais amplo no sentido da renovação urbana ligada à renovação económica e renovação habitacional, ligado a uma zona que qual era? Nós tínhamos o centro histórico classificado como património mundial e a intervenção era no arco à volta do centro histórico no chamado baixa tradicional que através da renovação urbana do espaço público através da renovação económica, conseguimos verbas em reservas muito significativas que não foram aplicadas porque à associação de comerciantes não deu a sua assinatura e de

renovação habitacional, por exemplo o projecto que hoje se fala de trazer habitação para a baixa foi baseado num estudo elaborado pela Porto 2001 sobre quais as casas, cartipologias existiam para realmente conseguir elementos para potenciar um estudo sobre o retorno de habitantes à baixa, portanto essa intervenção nasce na comissão instaladora e é não totalmente mas parcialmente aceite pela tutela quando passa de comissão instaladora a sociedade Porto 2001 que se dá no final do Janeiro de 99 e é atribuído portanto tarefas específicas à sociedade Porto 2001. A Porto 2001 cumpriu as tarefas específicas que lhe foram dadas pela tutela, embora como disse nesta área de renovação urbana e da casa da música fossem propostas da comissão instaladora à tutela que ela aceitou.

Irene – Mas então quem é a autora da construção de novos equipamentos, quem é que é autora deste projecto?

Deputada – Na candidatura inicial que eu apresentei em Novembro falava-se obviamente daqueles que já tinham sido entretanto reconstruídos o caso dos teatros etc., do Museu Serralves que estava em curso que portanto estava aberto antes de 2001 deste equipamento que estava em curso e que também abriu em 4 de Fevereiro de 2001 que foi o primeiro a abrir mas também se falava daqueles que já estavam há muito tempo em obras e que eram obras de Santa Engrácia que era o caso da renovação da Cadeia da Relação que era especialmente importante porque iria ser entretanto, teria sido decidido que fosse a sede do organismo Nacional que é o Centro Português de Fotografia e o Museu Nacional do Soares Dos Reis que tinha um projecto do arquitecto Fernando Távora mas que só tinham sido feito as três primeiras fases que equivaliam praticamente ao rés-do-chão e parte do primeiro andar do edifício todo o resto do edifício toda a parte do jardim toda a parte nova a construir no jardim que tem a ver com salas de exposição temporárias um auditório de espaço de reservas foi incluído também nisso. Portanto nós incluímos nessa primeira fase tudo aquilo que estava encravado, tudo aquilo que eu lhe dizia de marcar uma data para as coisas estarem prontas, é muito importante até para arranjar financiamento para isso, o problema é muito arranjar financiamentos atempadamente para as coisas. Depois estava também a questão de não haver nenhuma sala no Porto com capacidade para ter no Orquestra Sinfónica em fosso de Orquestra portanto foi feito também a ampliação do fosso de Orquestra do Coliseu do Porto onde decorreu a grande parte de toda a área orprática da programação musical foi feita

também entretanto com a Capital País da Cultura a Orquestra Nacional do Porto passou a formação Sinfónica e o local de ensaio permanente foi coberto. O claustro de S. Bento da Vitória e depois os nossos apareceram primeiro a Casa da Música nitidamente como projecto marcante a música e o audiovisual eram os dois projectos, as duas áreas consideradas essenciais dentro da programação e apareceu um outro que aparece já como proposta externa à Porto 2001 que é a casa da animação do cinema da animação que foi também feita em parceria câmara/Porto 2001.

Portanto essa definição foi feita na primeira fase, foi a que eu apresentei em Luxemburgo e a segunda fase foi metida durante a comissão instaladora e portanto desenvolvida pela Sociedade Porto 2001.

Irene – Eu queria saber porquê este modelo de gestão? é um modelo parceria tutela Câmara do Porto ou foi uma exigência da Comunidade ou ...

Deputada – Não, Não. As diferentes Capitais Europeias da Cultura presumo que tenham tido diferentes formatos relativamente institucionais de gestão da Capital europeia da Cultura mas muitas foram coisas deste género. A Roterdão também foi uma parceria exactamente igual dentro destas legislações adaptada às legislações que são diferentes em diferentes países, a Comunidade não quer saber quem faz, quer saber quem é que assegura digamos quem se responsabiliza. Isso está eles muito claro é o Governo do País e obviamente a cidade. Portanto a parceria era a mais lógica eram as duas instituições que tinham a obrigação de cumprir a candidatura que tinham feito para a qual tinha sido seleccionada, portanto o Governo e o Ministério da Cultura metendo muitos outros Ministérios e a Câmara Municipal do Porto, foi a proposta a esta ideia de uma Sociedade anónima de capitais públicos porque era aquela que parecia a mais lógica e a mais adaptável a tão curto espaço de tempo pôr em pé uma estrutura e o trabalho tão complexo como era aquela que nós tínhamos, repare por exemplo que Roterdão com quem nos podemos comparar porque soubemos ambos na mesma altura fez-se apenas programação cultural é evidente que Roterdão já tinha um nível de equipamentos embora que na área da música não tivesse, não é, tem uma bela Orquestra mas era complicado para eles fazer aqui. Fazer o espaço de Boler havia problemas e penso que continua haver porque é uma gestão múltipla de várias instituições e portanto aquilo é complicado. Mas de qualquer maneira eles não foram por aí, quer dizer, eles estão num centro diferente e fizeram portanto um projecto tipo diferente embora nos

tivéssemos comparado muito as coisas, nós quisemos aproveitar a oportunidade de canalizar importantes investimentos não só para a programação mas para os equipamentos que era o que nos preocupava muito, uma rede de equipamentos é o básico para o desenvolvimento cultural e para depois a vertente de requalificação urbana, a este ciclo à volta do centro histórico vem juntar-se depois digamos vieram juntar-se dois projectos que apareceram que era a finalização do parque da cidade a segunda parte até junto ao mar entretanto é encaixada no programa Polis que aparece a nível nacional já quando estava lançado e portanto por isso é o único Polis que acabou porque já havia trabalhos anteriores e portanto foi possível fazer com mais velocidade digamos que os outros planos Polis, que existem no País e os chamados Caminhos do Romântico que foi uma proposta que nos chegou que tinha a ver o aproveitamento, o reanimar duma área em que parte de equipamentos fundamentais parte daqui ao lado portanto da Rua Entre Quintas e vai lá abaixo até relativamente perto do rio portanto é uma zona em que ainda há quintas que duas delas pertencem à Câmara aqui a Casa Taís e o Palácio de Cristal mas depois foi portanto feita essa renovação deste espaço. Uma das partes não feita, não concluída porque era uma segunda fase que era a ligação sobre o Vale de Massarelos em ponte de maneira a ligar o Pólo Universitário aqui a esta zona de equipamentos culturais tem aqui a Biblioteca o Palácio de Cristal a Casa Tais o Museu Romântico o Museu Bacelar dos Reis a zona de Galerias a Casa da Animação, depois um pouco abaixo na rotunda já a Casa da Música portanto é uma zona com forte concentração de equipamentos culturais. Eu queria dizer-lhe mais sobre a requalificação urbana ela aparece também nessa zona à volta do centro histórico porque todas as zonas intervencionadas são zonas que ligam entre si os equipamentos culturais mais importantes da cidade, desde a Batalha onde está o S. João até à Cordoaria onde estão o Centro Português de Fotografia portanto todas estas áreas onde tem os teatros o Tivoli o Coliseu ou a Biblioteca que o Centro Português etc., são zonas que foram reabilitadas de maneira a tornar o espaço publico mais aberto para peões, diminuição das faixas para automóveis e o aumento dos passeios portanto era transformar as zonas de ligação entre estes equipamentos culturais como zonas capazes de dar possibilidades de fruto publico de passeio, estar de convívio mais forte do que aquilo que era possível anteriormente com as características que essas áreas tinham.

Irene – O Modelo Capital Europeia da Cultura Santiago de Compostela serviu de inspiração, foi seguido o mesmo modelo ou nem sequer houve comparação?

Deputada – Não. Não há termo de comparação, nós até começamos mais cedo logo em 1998, nesse ano foi Estocolmo Capital País da Cultura e nós fomos a Estocolmo verificar como foi montada a estrutura como foi montada a máquina como foi feito por exemplo a ligação com o voluntariado que foi uma das áreas que também desenvolvemos muito aqui durante o ano fomos a Estocolmo falar com o Comissário portanto isto em 98 em 99 já não me lembro 99 mas também contactamos, já não me lembro, em 2000 foi o caso de Santiago foi logo Cidade Capitais Europeia da Cultura portanto foi muito complexo e vimos algumas mas portanto obviamente falamos sempre. Em 2000 a Capital Europeia da Cultura em Santiago aparece inserida num ciclo próprio Santiago que tinha haver com a marcação de datas em que incluía os Jacobeus e a capital Europeia da Cultura, portanto eles pediram para ser em 2000 porque ficava incluído em etapas sucessivas que eles próprio tinham traçado que incluía os anos de Jacobeus que são fundamentais, não há nada comparado no Porto com um ano Jacobeu em Santiago. Portanto eles estavam a seguir um processo de reordenamento urbano de re-equipamento urbano já há muitos anos atrás. Eu acho que foi desde de 94, penso que foi o primeiro Jacobeu em que eu estive lá a tratar da relação penso que foi em 94 mas portanto eles já tinham seguido essa lógica portanto para eles a Capital Europeia da Cultura foi um degrau nessa sequência de anos de Jacobeus muito fortes. Os primeiros anos de Jacobeus digamos assim em que a Galiza como entidade autónoma como a junta da Galiza tinha uma capacidade de financiamento que lhe permite, aliás três níveis de financiamento o local, regional e nacional, portanto que associaram três níveis de financiamento e como digo estava incluído nisso. Obviamente que falamos imenso com Santiago mesmo antes da Capital Europeia da Cultura porque a ligação do Porto ao Noroeste peninsular e portanto à Galiza era muito forte tradicionalmente portanto quer Vigo cidade geminada com o Porto quer Santiago foram sempre digamos cidades com quem dialogamos muito independentemente da Capital Europeia da Cultura. Com a capital europeia da cultura também fomos lá, eles lançaram cá também o programa, nós fomos também lançar lá o nosso programa, e seguimos as actividades que eles fizeram há sempre coisas que nós falamos, quer o que resulta quer o que não resulta, mas todas as cidades são diferentes não se pode aplicar numa cidade um modelo que até possa ter resultado noutra porque as cidades são diferentes as áreas onde se inserem são diferentes e portanto tem que haver sempre qualquer coisa específico baseado nas circunstâncias que existem em cada sítio.

Irene – Mas Glasgow 90 não foi um exemplo?

Deputada – Glasgow 90 foi exemplo para nós como modelo global ou seja Glasgow 90 também fez um enorme esforço de requalificação urbana ligada à Capital Europeia da Cultura só que Glasgow 90 teve 5 ou 6 anos de preparação, soube que ia ser Capital da Cultura penso que 6 anos antes, portanto um tempo muito diferente de preparação quer dizer aliás o problema que as Capitais Europeias da Cultura em 2001, Porto e Roterdão, tiveram foram as de que souberam com menos tempo de antecipação. Lisboa 94 foi Capital Europeia da Cultura e soube 5 anos antes, 5 anos antes era a média. Mas o acumular de decisões e indecisões por parte da União Europeia aliás fez com que nós tivéssemos menos de 3 anos para começar.

Irene – É por isso que a Sra. Deputada diz na revista que “foi um milagre o que aconteceu no Porto”?

Deputada – Conhecendo eu na altura em que comecei a entrar que entrei na sociedade Porto 2001 como é que funcionava a Administração Pública portanto os tempos das obras, conhecendo eu como é que funciona a construção civil em Portugal e ainda não sabendo ainda que iríamos ter entre o Inverno de 2000/2001 seis meses seguidos de chuva foi um milagre conseguir, apesar de tudo fazer. A programação cultural decorreu normalmente e até começou em 99 a ser feita, a haver espectáculos e haver portanto actividades em 99 mas a parte de equipamentos e sobretudo obviamente aquilo que foi um espaço público foi um milagre eu acho que sim e os milagres normalmente são perfeitos milagres por definição este não é obviamente uma coisa que é feita com uma velocidade semelhante que tenha obviamente algumas sequelas porque mesmo aquelas que não são feitas aceleradamente têm é por isso que lhe digo que conhecendo eu como funciona a construção civil em Portugal acho que foi extraordinário o esforço que consegui ser feito e aquilo que ficou pronto e embora obviamente tenha muitos defeitos ainda na parte pública mas que está dentro do prazo de garantia portanto é uma questão de se fazerem accionar as garantias que todas as obras publicas têm.

Irene – acusa-se a Porto 2001 de ter deixado um défice de 9 milhões?

Deputada – Não, nunca vi isso em lado nenhum está-me a dar um dado que desconheço.

Irene – Não, não, está aqui, no jornal

Deputada – isso tem haver com quê? Repare que estamos a falar de 1,9 milhões de contos mas no orçamento 42/40 milhões de contos quer dizer é preciso ver a percentagem não chega com todos os sectores isto tanto quanto eu estou agora a falar de cor pois essa área como deve imaginar não era a minha área e eu não tenho aqui os elementos todos só tenho aqui o relatório da programação cultural que foi portanto em todas as áreas e inclui portanto é uma percentagem que não deve chegar deve andar cerca de 8% em relação ao orçamento inicial e inclui as digamos aquilo que é chamado os encargos financeiros que a sociedade teve que assumir porque o dinheiro portanto dos sócios e o comunitário que foi grande parte do dinheiro com quem trabalhamos foi comunitário não chegava a tempo tínhamos que fazer empréstimos bancários para fazer isso por isso inclui também as despesas financeiras não previsíveis e implica outra coisa por exemplo uma indefinição que houve sempre sobre os pagamentos do IVA nunca tivemos atempadamente a noção por parte das finanças, e pedimos logo para saber como é que funcionava mas nunca tivemos a solução. No caso da programação tivemos problemas de dupla tributação com os artistas estrangeiros tivemos problemas com outra coisa por exemplo e acentuado na área da música, que tivemos muita gente de fora o custo das viagens houve uma diferença enorme desde o tempo da contratação feito dois anos antes e o custo dos cachês por causa dos Dólares. Há assim pequenas coisas que uma pessoa não controla, de qualquer maneira houve digamos assim um deslizamento do orçamento mas também houve algumas obras a mais que não estavam contempladas no orçamento anterior.

Irene – Ok. Outra questão que eu queria pôr é quando nas várias entrevistas que fizeram à Senhora Deputada dizem o “Porto é uma cidade com fraca potencialidade cultural”. E a Senhora não aceita isso. Acha que o Porto estava preparado ou a Porto 2001 vinha para preparar ou...

Deputada – Não, Não a Porto 2001 é um instrumento fala-se da Porto 2001 como se tivesse sido o evento. Evento foi a Capital Europeia da Cultura, Porto 2001 é o instrumento para fazer aquilo. Portanto o importante era o que existia na cidade e eu não

conheço cidade europeia média com a mesma dimensão do Porto mais rica em equipamentos culturais e tão diversificados como o que o Porto tem e o Porto tinha realmente tinha alguns equipamentos culturais importantes porque sendo a segunda cidade do País eram municipais e não nacionais mas sobretudo ganhou nos últimos 15 anos digamos equipamentos fundamentais quer dizer, Serralves, já não falo do Centro Português de Fotografia porque já é mais recente. Serralves, o Planetário toda a renovação dos teatros S. João, Coliseu, o teatro Rivoli o novo teatro de Campo Alegre o teatro Moura Neves no Porto um pequeno teatro outros o planetário portanto o trabalho que as Universidades a expansão das universidades com a criação de numerosos auditórios a criação de cursos superiores nas áreas artísticas tudo isto tem 15 anos. A criação das escolas profissionais o próprio desenvolvimento do audiovisual sobretudo mais ou menos ligado à evolução do centro de produção do Porto mas também porque nas universidades sobretudo criaram cursos e capacidades instaladas nessas áreas. Portanto a criação desta biblioteca em contra ponto com outra biblioteca que é a segunda maior biblioteca do país a Biblioteca Municipal do Porto de S. Lazaro a renovação completa dos museus que estava em curso quer municipais quer do estado, quer privados a criação papel moeda por exemplo que é uma coisa absolutamente privada tinha sido em 15 anos realmente dado um salto enorme e na área da criação artística igualmente só para lhe dar uma ideia eu quando entrei para a câmara em 90 havia um grupo profissional de teatro que funcionava quando eu saí na altura em que saí havia 18 grupos profissionais eu até diria são muitos são demais mas a verdade é que isso permitia uma diversidade de oferta com o teatro nacional de S. João com o Rivoli com o Coliseu depois da reforma toda depois do incêndio tudo isto começou é evidente que quando começa a haver uma oferta regular criou-se público. Por exemplo houve uma área muito importante, e que quando eu entrei estava completamente de rastos, era o cinema e graças aos multiplex que apareceram aqui à volta que nem sequer é propriamente cidade do Porto mas ligados aos centros comerciais às grandes superfícies comerciais hoje há um público imenso para o cinema e uma apetência enorme para o cinema e depois nós sabíamos na câmara porque tínhamos desenvolvido ao longo de muitos anos programas de sensibilização para as artes nas escolas em todas as escolas do concelho nas associações recreativas e culturais e sabemos qual é a apetência que havia. As pessoas estavam mortas por fazer coisas mais importantes aliás o paradigmático exemplo da opera que foi montada pela Swatchofra e com a casa da Música e com os habitantes do Aldoar que é dos bairros mais degradados do Porto foi

de uma qualidade basta ir falar com estas pessoas para perceber qual era a intenção. Hoje ainda há muita gente infelizmente que diz que há dois tipos culturas: a elitista e a popular como se isso fosse verdade. Já há muitos anos que isso não é verdade provavelmente poucas vezes terá sido verdade mas a verdade é que as pontes entre elas foram sendo estabelecidas ao longo dos anos e nós percebíamos que as pessoas a quem algumas pessoas acham que só podem fazer aquilo que foram habituados em casa e não podem ou não tem capacidade de evoluir não é verdade elas conseguem evoluir a um nível que nos espanta A forma como a gente do Aldoar pegou numa opera e fez, se integrou nela trabalhando calmamente com artistas estrangeiros, fazendo uma opera, era uma coisa que eles nunca tinham ouvido falar o que era opera e conseguiram e agora já fizeram outra já cantaram já foram muito mais além. Quer dizer o que eu acho que é fundamental e é por isso que chamamos pontes para o futuro, é partir do principio que não há ninguém que nasça nesta cidade e que nós a partir de agora tenhamos capacidade de ir mais longe por o seu conhecimento pela sua compreensão do mundo da sua compreensão das coisas e que isso é o elemento fundamental para a cidade evoluir no ponto de vista social e do ponto de vista económico e do ponto de vista global quer dizer não há outra forma de fazer evoluir as cidades senão que os seus habitantes que aqui trabalhem melhorem quotidianamente as suas performances em todas as áreas, para isto não é só preciso cultura é preciso educação é preciso formação é preciso informação é preciso terem acesso às coisas. É porque durante muito tempo esqueceu-se que o principal elemento de rejeição que algumas pessoas tinham em relação à chamada cultura que era por isso chamada de elitista era uma questão de dificuldade de acesso, acesso físico quer dizer uma pessoa que nunca tinha entrado num teatro e que chega a um teatro chega a bilheteira e a primeira coisa que lhe perguntam é camarote ou plateia ficam logo um bocado confusas, é preciso levar as pessoas lá desde pequenas de uma forma continuada deitando abaixo as barreiras sociais que as afastam das actividades porque são actividades que elas não se apercebem que elas não entendem. Elas entendem perfeitamente tem a mesma sensibilidade que toda a gente tem agora tem uma sensibilidade e uma curiosidade enormes em relação às coisas precisam é ser satisfeitas essas barreiras portanto esse trabalho já vinha a ser feito no Porto. Voltamos atrás e foi obviamente o culminar na Capital Europeia da Cultura porque havia problemas específicos para fazer quebrar essas barreiras e dessacralizar os chamados locais da cultura e se vir hoje o que acontece o que provavelmente se aqui há 10 anos dissessem que o museu mais visto mais frequentado do país era o museu de arte contemporânea no

Porto ninguém acreditaria e hoje vão lá e vê pessoas de todas as classes sociais de todas as idades felicíssimas por ter aquele espaço por ver aquilo se me perguntar se toda a gente entende aquilo ninguém entende tudo mas o que importa é sobretudo despertar a noção que são perfeitamente capazes de ir lá que não há nenhum bicho que os coma e que depois disso há pessoas capazes de os iniciar nas coisas de lhes explicar também. Ninguém explica o pôr do sol e toda a gente diz que é muito bonito quer dizer há coisas que não é só preciso explicar é preciso sentir saber senti-las aquilo que eu acho fundamentalmente, a apetência do Porto pelas áreas da cultura é a apetência que tem pessoas a quem se dá um mínimo de condições de sobrevivência quando se diz que o corpo pede pão e a alma pede, o espírito pede outras actividades, isso é verdade porque senão não se resistia à perfeição dos anos. Alimentam-se ambos, ao mesmo tempo, não pode ser primeiro um e depois outro tem que ser ao mesmo tempo, porque se interajudam mutuamente isso foi o que se tentou fazer durante anos no Porto. Públicos e privados, houve um grande consenso em relação aos objectivos essenciais que era alargar o publico e dar coisas de grande qualidade porque as coisas de má qualidade são más em qualquer sítio, não adiantam nada, nem a ninguém e as coisas de boa qualidade podem ser coisas estreitamente populares: as exposições que se fizeram sobre as tradições populares do Porto foram óptimas as pessoas que entraram nelas que eram pessoas quotidianas banais que nunca tinham pensado fizeram aquilo com um acréscimo de esforço para fazer melhor e o que nós sobretudo privilegiamos foi este acréscimo de esforço para fazer melhor, nós não entendemos que possa haver progresso cultural social mental tudo, se não houver esforço, esforço inerente, ser passivo em relação às coisas que aquilo que a televisão por exemplo nos habitua e agora já vai na segunda fase que é na interactividade relativa ser passivo é o pior que há. Há que ser dentro das possibilidades de cada um participar porque depois eles não querem outra coisa senão participar. Nós tivemos exemplos excelentes antes e durante a Capital Europeia da Cultura.

Irene – E agora a Capital Europeia da Cultura continua no Porto entende que ficou uma obra feita que não está a ser aproveitada?

Deputada – Ai isso que não está a ser aproveitada não está. Com as capacidades que ficaram instaladas obviamente que não está. E quando dizem que isto é porque não há dinheiro para isso eu posso acreditar que haja menos dinheiro toda a gente sabe que este

país está numa face de recessão ou perto disso e portanto as receitas e é das receitas que todos os anos se geram que nascem os orçamentos municipais orçamentos do estado e os orçamentos também de alguma maneira das instituições e portanto se há menos receitas a nível de país obviamente que haverá menos dinheiro para investir mas é preciso em qualquer país definir onde se deve investir prioritariamente eu acho e não só sou eu que acho que todas as áreas da formação são fundamentais toda a gente está de acordo que o problema do nosso país é o problema da formação das pessoas portanto temos que ser muito claros: se é o problema da formação das pessoas é aí que tem que ser feito o nosso máximo esforço e não deixar, porque estamos numa biblioteca isto não é só um sítio onde as pessoas vem aprender vem contactar com outras coisas que não conhecem onde vêm viver, conviver com outras pessoas isto é a base das coisas isto não é um luxo estamos a falar de estruturas que existem no resto da Europa. Há dezenas nas cidades portanto não estamos a falar de luxo estamos a falar da infra-estrutura básica da cultura e do conhecimento e portanto é obvio que se pode dizer não há dinheiro e portanto não se pode dizer não há dinheiro e portanto corta-se no que é inútil. Não é inútil é essencial. A questão da terminologia é que pode haver menos dinheiro claro todos sabemos que nós estamos a fazer poupanças nas nossas casas todos nós estamos a ver os gastos portanto toda gente tem que fazer isso agora ao fazermos isso nós sabemos distinguir as prioridades, e é as prioridades que eu discuto a actividade cultural seja nas áreas criativas seja nas áreas de usufruto e nas áreas digamos assim do seu aproveitamento não são áreas de luxo são áreas motoras de desenvolvimento do país. Não vai encontrar num país desenvolvido que não tenha primeiro feito um esforço nessa área e a Irlanda que toda a gente cita foi onde foi aplicado os primeiros fundos comunitários foi exactamente na formação na qualificação para conseguir vencer aquilo que vinha a seguir que era áreas económicas obviamente. Repercussão económica.

Irene – Agora tem equipamentos e não há cultura.

Deputada – Não, não também não é verdade eu não tenho essa versão pessimista eu venho muitas vezes aqui venho muitas vezes a Serralves vou aos teatros vou não sei o quê e vejo que as coisas estão com muita gente quer dizer, não é bem assim, o que há é menos investimento público na cultura e isso tem alguma gravidade sobretudo quando chega ao limite. Os equipamentos culturais são apenas aquilo que tem neste caso é sentar-se a ler livros e que não renovação de espólio que não há animação ligado aos

livros e à leitura que não há programação própria de cada equipamento porque isso é o que faz o equipamento é a sua existência e o seu espolio permanente e a sua animação no sentido da sua razitabilização continua portanto é nessa área que realmente o investimento publico é muito menor que se nota mas o que está feito ainda que eu saiba bombardear isto tudo.

Irene – Acha que, a Sr.^a Deputada acha que as pessoas que estiveram à frente do projecto foram as mais indicadas?

Deputada – Quer dizer as pessoas que estiveram à frente do projecto foram aquelas que as circunstâncias ditaram e que foram escolhidas em função daquilo que quem, quem era digamos assim quem decidia neste caso quem foi responsável pela sociedade em primeiro foi o Dr. Santos Silva e mais tarde a Teresa Lago escolhia quer dizer é evidente que a primeira escolha foi a mais decisiva porque foi o ano em que tudo se montou aqueles primeiros sete meses onde ficou tudo definido e portanto isso foi aquilo que se consegui encontrar eu não sei porque não sei quem eram as outras quer dizer são as pessoas que são, são as pessoas escolhidas em função do trabalho que tinham desenvolvido em função da sua disponibilidade em função de não estarem ligadas a estruturas da cidade e ao mesmo tempo não retirar as pessoas da cidade que tinham um papel essencial depois as pessoas que eram essenciais portanto foi um jogo entre ir buscar gente mais digamos habituada e fazer aposta em gente nova formou-se muita gente nova nas áreas variadíssimas eu só estou a falar da programação cultural nas variadíssimas áreas ligadas à gestão cultural portanto aliás fez-se um curso de formação com o instituto de emprego e formação profissional que foi o único feito até agora com 46 cursos diferentes que esteve praticamente sempre esgotado e em alguns casos teve-se que repetir e nalguns casos não se deu resposta a todos os licenciados, profissionais, iniciados e não iniciados que queriam fazer cursos que foram desde gestão e o marketing da cultura até ao audiovisual até à dança até tudo isso por outro lado tentou aproveitar todos os grupos e criadores importantes que vieram cá por causa de fazer ou apresentarem espectáculos ou fazerem conferências durante a Capital Europeia da Cultura para contactos com outras instituições e com outros grupos para potenciar digamos essa vinda cá de outras formas esse contacto nacional e internacional muito alargado que se teve com certeza que ficou coisas nas pessoas ainda que nós possamos não as ver nós próprios sabemos que quando temos contacto com outras realidades

quando de repente ouvimos pessoas e conseguimos dialogar com elas, pessoas que vem cá uma vez mas virão cá ou virão cá uma outra vez marcam-nos decisivamente não é? Estiveram cá alguns prémios Nobel e outros que vieram ser prémios Nobel a seguir por exemplo só para lhe dizer, a ciência foi uma área que nós privilegiamos bastante porque incluímos na programação cultural a área da ciência foi uma área espantosa o ciclo de conferências o Futuro do Futuro foi espantoso ver porque é muito difícil chegar a população universitária isto porque é uma população universitária com muita gente ligada ao ensino superior alunos mas que uma pequena parte só é que fica cá à noite portanto é difícil captar esse público. Esse público foi extremamente tocado com essa tipo de intervenções e isso foi muito importante porque as universidades são obviamente uma parte nobre digamos assim de outros sítios sociais das cidades.

Irene – E a organização em si, a Porto 2001 funcionou foi um todo com a mesma visão com os mesmos objectivos?

Deputada – Como eu lhe disse a Porto 2001 os objectivos foram traçados antes dela começar foi dito muito claramente os objectivos da programação cultural são estes os equipamentos a fazer são estas as obras de reestruturação de reabilitação urbana a fazer são estas e portanto isto já estava traçado de principio os objectivos foram sempre os mesmos com eu lhe disse o equipamento novo apareceu da casa da animação durante já o decurso da sociedade já quando a sociedade existia e controlava o processo e mas teve que ser obviamente aprovado pela tutela e houve algumas mudanças da reabilitação urbana ligadas ao facto do urbcom que é um Programa de Apoio Ligado ao Comercio não ter sido assinado e portanto as verbas que tínhamos conseguido não terem podido serem aplicadas e tivemos que arranjar soluções para acabar já obras iniciadas porque esse financiamento não chegou a ser utilizado porque a associação dos comerciantes não assinou o protocolo.

Portanto os objectivos foram sempre os mesmos é evidente que tendo mudado a determinada altura a área da comissão executiva e tendo mudado também a tutela várias vezes no caso da câmara uma vez e duas vezes no caso do Ministério da cultura obviamente que houve adaptações que fazer e que pudessem magoar as sensibilidades das pessoas quer dizer isto são instituições mas também são pessoas e portanto ai houve os precalços que são normais quando as pessoas mudam e tem que se encaixar de novo, pronto mas isso foi digamos assim previsível porque os jornais deram a isso muito

maior protagonismo a esses aspectos, o que eu lhe chamo: da Porto 2001 toda a gente sabe as tricas e pouca gente sabe o que aconteceu excepto aqueles que estiveram realmente interessados nisso e isso é que foi mau. Os aspectos negativos dessas divergências pessoais que não foram institucionais foram pessoais é que foram mal por uma razão é porque a comunicação social está mais interessada nisso do que em seguir coisas positivas que se fazem e portanto isso é a parte digamos negativa que eu vejo no facto de ter havido flutuações ao longo do tempo mas isso não interferiu nos objectivos e naquilo que era necessário que fosse feito pela sociedade como eu lhe digo foi definido à partida.

Irene – A comunicação social explorou longamente a relação do Dr. Nuno Cardoso com a Professora Teresa Lago e pôs até em questão a confiança mas em termos de uma pessoa que trabalhou que foi a Sra. acha que realmente alguma vez a confiança foi posta em questão ou pensou-se sequer que a liderança devia ser alterada ou que em termos organizacionais a linguagem cultural fosse dissonante e não houvesse acordo entre as partes?

Deputada – Olhe a tendência hoje ainda falo nisso daqui a 5 anos provavelmente não se lembrara desses nomes e portanto também não se lembrará dessas divergências o que ficará são estas coisas e espero que nas pessoas a noção daquilo que foram capazes de fazer melhor durante a propósito de um ano que se chamou Capital Europeia da Cultura eu, eu o que eu acho nisso e como sabe eu estava nos dois lados o meu papel foi complicado mas eu sempre relevei e foi aquilo que realmente me fez aguentar a situação difícil em termos de trabalho foi uma sobrecarga em 2000/2001 eu tive uma sobrecarga de trabalho que realmente estava completamente nos limites porque não diminui a minha actividade na câmara e sobrepôs a minha actividade na Porto 2001 portanto estava fisicamente nos limites da minha capacidade mas felizmente tinha conseguido entretanto formar dentro dos dois milionários a programação o núcleo que vestiu a camisola e que realmente foi de uma foi absolutamente extraordinário a forma como defendeu o projecto quer dizer eu honra-me muito que eu praticamente todos tenham sido escolhidos por mim porque realmente conseguiram ser na área da programação a base e defenderam o projecto é aliás conseguiram mudar a ideia que a comunicação social tinha da Capital Europeia da Cultura porque realmente foram de uma pertinência de uma insistência em relação à defesa do projecto que a comunicação social a certa

altura acabou por ficar fora das tricas coisas que realmente não teria chegado se não fosse o trabalho dos que nos chamamos de programadores. Portanto o meu papel ali como deve imaginar foi estar a segurar as pontas foi estar a segurar as pontas sabendo as razões de um lado e doutro e conhecendo as pessoas que estavam de um lado e de outro era meu único papel para tentar que não houvesse ruptura porque eu penso sempre que os projectos e as instituições são muito mais importantes que as pessoas e portanto tentava dar o desconto se quisesse minorizar aquilo que havia de atritos pessoais e ressaltar e fazer ressaltar aquilo que havia ao mesmo tempo paralelo de relação institucional entre as duas instituições quer dizer quando se fala que nos Presidentes não se poderiam dar muito bem esquece-se todas as duas estruturas que se davam muitíssimo bem não foi possível fazer a Capital Europeia da Cultura por parte da sociedade Porto 2001 sem o apoio extraordinário da máquina camarária e não só da EDP de todos os serviços públicos porque não era possível fazer tanta actividade uma grande parte em espaço público se não houvesse diariamente o apoio da câmara e eu acho triste que se subvalorize a ligação boa de tanta gente a tanta gente de um lado e outro para apenas se falar de uma relação menos boa entre duas pessoas que eram obviamente fundamentais as cabeças de um lado e de outro mas que não eram únicos nem de um lado nem do outro.

Irene – Em relação à cultura do mecenato a Sra. Deputada acha que foi uma experiência nova não é?

Deputada – Sim nunca tinha estado a câmara nunca tinha tido um mecenato ao nível da sociedade Porto 2001 como é óbvio o mecenato é uma área que para mim eu acho que há pouquíssimos mecenas em Portugal com este espírito de ajudar em determinados projectos tentando, não tentando influencia-los de maneira a serem os beneficiários mas tentando que estes projectos se dirijam ao público eventualmente é ao público que lhes interessa poucos mecenas nesse sentido mas se isso há poucos mecenas nesse sentido há que procurar os mecenas isto é que querem ligar a sua empresa ou o seu nome a determinada eventos porque considero que são importantes, eu a mim quer dizer as razões porque os mecenas são mecenas importam menos o facto de eles existirem de preferência em grande numero. A Porto 2001 teve alguma capacidade razoável de encontrar mecenato não fomos tão longe como no início esperávamos mas também a verdade é que os pressupostos de utilização de mecenato foram inicialmente feitos

contemplando partindo do principio que a sociedade Porto 2001 iria capitalizar os mecenatos conseguidos também pelas instituições que ela própria financiou a programação o caso de Serralves o teatro de S. João e o museu nacional soares dos reis o centro português de fotografia isso não aconteceu portanto isso não foi contabilizado na sociedade Porto 2001. O mecenato que foi conseguido directamente por essas instituições e daí que haja uma diferença do mecenato previsto da sociedade Porto 2001 e o mecenato conseguido se somarmos das outras instituições não ficamos longe da previsão inicial foi uma um principio que não foi seguido por razões várias ou profissionais e facilidades etc. que de alguma maneira responsável por uma parte do deslizamento digamos orçamental é que no inicio estávamos a contar com isso e houve também uma diminuição das receitas previstas de bilheteira foram previstas dados baseados em Lisboa 94 exactamente porque essas instituições também a bilheteiras ficou para elas próprias e porque houve imensas coisas em espaço publico ou espaço de entrada livre porque houve muita, muita coisa por exemplo aqui nos auditório as conferências eram gratuitas quer dizer houve uma grande e portanto aí não há uma portanto receitas geradas o mecenato continuando eu espero eu acho que ele o mecenato em Portugal pode evoluir para, para poder melhorar sempre mas penso que não é por isso eu penso que as empresas e agora é complicado falar portanto como elas próprias estão em situações mais complicadas a primeira coisa que cortam é obviamente o mecenato mesmo empresas fortíssimas. Cortam o mecenato porque acham que não é a sua obrigação. Toda gente se queixa que o Estado tem muito peso mas quando se diz que nos Estados Unidos é que é bom porque há uma força uma dinâmica da sociedade civil mas quando é chamada a sociedade civil para contribuir, não isso é com o Estado, portanto nós temos que mudar um pouco essa mentalidade se queremos realmente que o Estado seja menos Estado e melhor Estado que é uma frase muito vulgar dita por alguns membros políticos e os empresários, então é preciso que este tipo de actividades como estas, sociais e outras desportivas etc. as sociedades que mexem com a própria sociedade civil também há um empenhamento designadamente através das empresas mas também individualmente através das pessoas. Eu vou ao teatro e guardo o bilhete e se pode ser descontado é um incentivo portanto esse tipo de incentivo cá não existe, existe para empresas ao nível da contribuição individual existe apenas se sou sócia de uma sociedade de uma associação sem fins lucrativos possa descontar no IRS uma parte das quotas ou das doações etc. mas ao nível da compra de um livro do bilhete de teatro para se perceber que isso conta também que um de nós está a contribuir para a própria

dinâmica e a própria dinâmica cultural ou desportiva e social etc. em que queira contribuir.

Irene – A programação cultural teve um nível fabuloso. Como é que surgiam as ideias os convites por exemplo eu lembro-me do Dai la lama quando veio cá, isso foi porque aproveitavam a própria conjuntura?

Deputada – Primeiro foram feitas linhas de programação a que todas as áreas de programação tinham que estar vinculadas tinha que haver portanto a referencia ao século XX portanto passar em revista um pouco a evolução das diferentes áreas de criação durante o século XX por uma razão, porque durante o século XX Portugal esteve afastado do resto do mundo durante demasiado tempo portanto não viu e o Porto também, tentamos trazer ao Porto os pontos fundamentais dessa cultura sobretudo da segunda metade do século XX as referencias disso e todas as áreas Teatro, música, do circo, da dança, do pensamento da literatura portanto de todas as áreas da ciência ao cinema portanto e depois portanto isso era um objectivo depois trazer envolver profundamente as estruturas as instituições os artistas pelo Porto área metropolitana e a nível Nacional portanto não era só os do Porto mas a nível Nacional portanto considerar o trabalho contemporâneo que está a ser feito hoje desses artistas eram fundamentais para apresentar durante uma Capital Europeia da Cultura. Um terceiro vector era aproveitar todo o trabalho de envolvimento da população facilitando o encontro entre essa programação digamos de grande qualidade e o acesso do publico quer facilitando em termos de preços de bilhetes quer pela divulgação quer pela inclusão dessas pessoas na preparação de actividades paralelas ou da própria actividade o caso do Dai la lama é significativo mas há muitos portanto inclui-se na programação praticamente todas as actividades normais, cíclicas da cidade e da área metropolitana isto deu uma ligação muito forte da cidade ás coisas mas por exemplo depois cada um definia as áreas e escolhia um programador por cada área e um assistente de programação, pronto, depois eles tinham que fazer pontes entre si. Havia também uma divisão por áreas mas havia uma divisão temática que eram chaves digamos era o presente e o futuro uma linha de programação que seguiam todos era por exemplo o eu outro que incluía o masculino e o feminino que deu origem a discussões havia desde do ciclo a dança muito nítido o eu e o outro nos teatros do outro na série que fizemos por exemplo o teatro a dança com pessoas absolutamente fora deste contexto quer dizer o teatro na prisão de Passos

Ferreira, os teatro diversos com bairros sociais, o caso de programas de ligação havia, vídeo-conferência segundo temas específicos que eram tratados no futuro do futuro por cientistas, e as escolas tratavam por exemplo uma grande parte de actividades ligada outra que era a terceira chave: era cidade paisagem porque toda a rede urbana se fazia em centro urbano e uma grande parte do tecido rural desde da cidade até aos caminhos do romântico mas mesmo a programação das artes plásticas tinha muito esse confronto o urbano paisagem a parte da ecologia na parte da execução dos colóquios do futuro no futuro onde esteve incluído o Dailalama os novos limites da ética e da estética do mundo actual partindo sempre de trás porque isto é uma história que não começa num determinado momento mas que futuro nos podia mostrar e daí diversificar ao máximo os pontos de vista daí presença do Dailalama mas também de muitos outros cientistas sobretudo nas áreas da ciência da vida o Mariano Gago dizia que não havia muitos físicos realmente não houve muitos físicos mas houve muito da ciência da vida mas também da literatura etc. que nos pudessem ajudar a dizer nós pensamos que o futuro vai ser assim dar essa perspectiva de futuro o Dailalama insere-se nisso. nós andamos durante muito tempo para o fazer vir, estava previsto desde o inicio, a data é que estava sempre em aberto porque obviamente nós não podíamos fazer deslocar o Dailalama a propósito a Portugal tínhamos que ser inseridos numa visita a Europa ou de passagem e foi isso que estivemos à espera do momento certo mas ele estava previsto desde o principio.

Entrevista a D. Laura Rodrigues

Irene – Íamos então começar a entrevista eu queria perguntar a primeira pergunta que eu fazia à D. Laura era se entende que houve falta de coordenação no projecto da Porto 2001 entre.....

D. Laura Rodrigues – entre os parceiros

Irene – sim, precisamente, os parceiros.

D. Laura Rodrigues – Completamente acho que houve, aliás acho mais que isso acho que houve uma falta de espírito de parceria por parte digamos da Administração da Porto 2001 porque de facto havia projectos que deveriam ter sido levados a cabo em parceria no que nos toca a nós eram projectos de revitalização da zona envolvente da zona comercial da área urbana envolventes das zonas comerciais e de facto o que se verificou foi que embora pensassem utilizar fundos comunitários que eram destinados exclusivamente ao comércio por isso expectivando-se que seria bom tratar a envolvência urbana em função das necessidades do comerciante embora estando isto especificamente bem evidenciado na legislação em vigor eles pretendiam ir buscar fundos mas não ter em consideração este parceiro que era a associação dos comerciantes do Porto que era de facto o canal pelo qual chegavam as verbas pretenderam inclusive que nós acordássemos coisas que não estavam no nosso espírito aceitar e por isso eu devo dizer que foi uma relação muito conflituosa.

Irene – Foi por isso que não foram à frente com o projecto URBCOM

D. Laura Rodrigues – Ora bem quando nós nos apercebemos que o que se pretendia fazer na cidade com os dinheiros da comunidade como disse à bocado no âmbito do URBCOM quando nós nos apercebemos que estávamos a ser desviados pela Porto 2001 para projectos que só ela própria Porto 2001 entendia como bons e que questionada sobre aqueles problemas, as questões que nós ponhamos e que tinham digamos como base o não entendimento da nossa parte da bondade passo a expressão dos projectos em termos comerciais confrontados com a esta nossa posição a Porto 2001 sistematicamente fazia de conta que não entendia ou passava-nos um atestado entre

aspas de incompetência e de menoridade dizendo que os Srs. não percebem nada mas quando isto estiver feito vão ver que vai ficar muito bem a ponto que eu me vi obrigada a contratar técnicos especializados para de uma forma digamos de igual para igual falar com os técnicos que a Porto 2001 tinha. Bom, por isso foi por isso que de facto que entendendo que não deveríamos comprar a corda ou seja não deveria ser com o nosso dinheiro que deveríamos comprar a corda com que nos iam enforcar foi com esse objectivo com essa ideia de eles podiam fazer as asneiras mas não seriam com nosso dinheiro porque o nosso dinheiro deveria ser gasto de acordo com a legislação com a portaria 217 e que estava de facto perfeitamente definido que os comerciantes deveriam ter uma palavra importante a dizer até porque dizia lá com o seu conhecimento do saber da realidade que estavam muito mais próximos do que era necessário por isso nós entendemos que uma vez que a nossa opinião não era ouvida não era tida em conta e muito pelo contrario sistematicamente apenas queriam utilizar o dinheiro e queriam contrariar os nossos objectivos, objectivos de ordem funcional nunca quisemos interferir na parte estética mas apenas na parte funcional da cidade só para dar um exemplo muito evidente por exemplo ter em conta locais para cargas e descargas que são absolutamente, indispensáveis, para um bom funcionamento que nem sequer isso era tomado em consideração para além de outros graves digamos outros graves problemas que se levantavam com realização de projectos que estavam a ser postos em curso já não falo propriamente da fase da obra mas sim do que os projectos que pretendiam executar por isso houve dois tipos de conflitualidade uma foi a forma como as obras estavam a ser feitas desorganizadamente sem terem em conta que estavam a actuar numa zona urbana muito intensa comercialmente e por isso devia ser muito célere, muito eficaz a sua actuação por outro lado era o próprio projecto em si que contrariava os nossos objectivos de modo como a portaria que regulamentava o URBCOM definia que o principal parceiro era a associação dos comerciantes e não estava a ser de forma nenhuma com a conivência da Câmara Municipal do Porto aliás deva-se dizer então com a conivência da Câmara Municipal do Porto a atitude da Porto 2001 era uma atitude prepotente de modo que eu recusei-me a assinar e não assinei isto foi decidido em assembleia-geral pela associação de comerciantes do Porto que também não quis ficar com ónus desta responsabilidade e de facto dissemos que preferíamos não ter o URBCOM se fosse o caso disso do que estar nós próprios a subscrever um documento destes ou um trabalho destes que de facto era-nos muito lesivo finalmente conseguimos o quê? Conseguimos que depois de bater em todas as portas e sacudir todas as instâncias

sempre com a lei na mão cheguei ir a Assembleia da Republica à Comissão de Acompanhamento da Porto 2001 aos deputados que estavam de todos os partidos com a Lei na mão a dizer que a lei não estava a ser cumprida e curiosamente para meu espanto ninguém se preocupou com isso mesmo na Assembleia da Republica onde eu esperava que sendo aquela a casa onde se fabricam as leis houvesse uma atenção muito especial aos meus argumentos por isso sistematicamente todas as entidades foram digamos alertadas para o que se estava a passar desde o Senhor Presidente da Câmara até ao Presidente da Comissão da Coordenação da Região Norte e Ministérios, Governo até apelamos ao Sr. Presidente da Republica imagine onde isto chegou a ponto de finalmente a Assembleia da Republica ter aprovado um projecto de resolução isto depois de uma grande batalha em que se pretendia nunca questionaram isto que eu estive aqui a falar ou seja a utilização das verbas e a forma como elas iriam ser aplicadas mas questionaram sim a duração das obra e os prejuízos que nos estavam a causar em relação às verbas as verbas não foram gastas a Porto 2001 teve condições para ir buscar verbas a outros fundos de outros ministérios e de facto fizeram a obra fizeram a obra até que em determinado ponto faltou-lhes a verba e nós recusamos de facto pactuar com aquela situação e então ficou por fazer a Praça Carlos Alberto ficou por fazer a Praça Filipa de Lencastre ficou por fazer parte da Rua do Almada onde os comerciantes se insurgiram contra as obras e disseram não fazem a Rua Passos Manuel a parte debaixo também disseram não fazem e então estas situações pontuais não foram feitas daí que o URBCOM é uma realidade que está para pensamos nós para Abril agora sim nos moldes em que nós pensamos que o dinheiro está pensamos não temos a certeza que o dinheiro nunca foi gasto está cativo porque ele veio com esse objectivo ninguém lhe tocou e por isso salvaguardamos os interesses dos comerciantes com base neste principio sempre que agora podem ser utilizados conforme a lei o determina para fins que os comerciantes considerem vantajosos isto no que concerna a envolvente urbana, provavelmente até digo eu desfazer algumas asneiras que foram feitas e que é preciso dinheiro para se realizar esse trabalho.

Irene – A D^a Laura entende que o conflito Nuno Cardoso / Teresa Lago era uma boa desculpa para os comerciantes ou serviu como desculpa o facto dos próprios parceiros a Câmara Municipal e Governo Central não se entenderem tornou ainda mais difícil a relação com os comerciantes?

D. Laura Rodrigues – Por um lado a determinada altura quando, foi muito mais difícil enquanto o Eng.º Nuno Cardoso e a Porto 2001 estiveram digamos em equipa e foi mais difícil para nós porque de facto os parceiros éramos nós Porto 2001 a Câmara Municipal e também a UNISNOR embora de uma forma minoritária porque o papel predominante em termos associativos era da associação dos comerciantes porque era ela que tinha no terreno mais representados mas de facto enquanto na primeira fase enquanto o Eng.º Nuno Cardoso não conflituou com a Dr.ª Teresa Lago com a Professora Teresa Lago a barreira era muito mais forte por isso quando eles se digamos se puseram em conflito houve uma brecha e essa brecha de certa forma não resolveu o problema mas digamos que talvez tenha sido isso que levou o Sr. Secretário de Estado a permitir que nós realizássemos uma adenda ao estudo que a Porto 2001 tinha levado a cabo sem ouvida a Associação dos Comerciantes todo isso deveria ser da responsabilidade da Associação dos Comerciantes do Porto por isso nunca o pagaram nunca o pagamos com os nossos dinheiros pagaram eles com outros dinheiros e por isso esse estudo teve uma adenda onde nós salvaguardamos aquilo que ainda era possível salvaguardar e onde se previa, depois de uma reunião da comissão da coordenação da Região Norte onde estiveram todos os envolvidos presentes sob a égide do Presidente da Comissão da Coordenação da Região Norte e com o Secretário de Estado do Comércio e a a Presidente do Conselho de Administração do Porto 2001 todas as entidades e aí então foi digamos o fazer o ponto da situação e quando se fez o ponto da situação disse não a associação de facto foi ultrapassada foi reconhecida foi ultrapassada não devia ter sido ultrapassada e uma vez que foi ultrapassada e então agora ela diga o que pretende e aquilo que está por fazer que é para ver o que se está por fazer se pelo menos aí ela tem intervenção então nós aí tivemos a oportunidade de fazer uma adenda ao projecto com arquitectos contratados por nós e de facto a partir daí as coisas eu diria que já estávamos numa fase muito final da Porto 2001 mas a partir daí eu diria que a associação ganhou algum espaço de manobra porque o próprio Sr. Secretário de Estado reconheceu perante todos e perante a Teresa Lago que estava presente que de facto tinham sido infringidas as leis até chegarmos a este ponto de ver o reconhecimento que a lei era perfeitamente perceptível que estava lá explicito que estava a ser infringida foi preciso um ano seguramente para bater a todas as portas até que perante a nossa insistência e evidência do que estava ali dito que aquilo não tinha duas interpretações o Sr. Secretário de Estado bom uma vez que os comerciantes não foram ouvidos que o sejam agora.

Irene – Houve prejuízos para os comerciantes? E gostava de saber se esses prejuízos são quantificáveis e como?

D. Laura Rodrigues – Há dois tipos de prejuízos uns prejuízos resultantes das próprias obras e da forma como elas foram executadas nós temos como paralelo, podemos comparar com a forma como o METRO Porto executa as obras quando está a trabalhar no tecido na malha urbana por isso estes prejuízos foram prejuízos decorrentes das obras que deveriam ter sido feitas num prazo mais reduzido possível que é como a METRO Porto faz trabalhando dia e noite sem interrupções Sábados, Domingos e feriados e a Porto 2001 ao contrário paravam as obras lembro-me perfeitamente no Verão às cinco da tarde quando podiam trabalhar até pelo menos às oito da noite que ainda era dia paravam sábados domingos e feriados e por isso prolongaram-se no tempos com valas abertas à porta dos lojistas isto é evidente que causou prejuízos graves houve ruas que tiveram esventradas 12 meses 18 meses isso como pode calcular é quase obvio que causa prejuízos aos comerciantes que podem ser contabilizados através da sua comparativamente com base nos resultados financeiros das empresas comparativamente com o ano anterior depois houve prejuízos provenientes do resultado final da obra eu vou referir o caso que eu considero mais paradigmático dos resultados finais lesivos para os comerciantes que é o que foi feito para o troço da rua Santo Ildefonso entre a Praça da Batalha e a Praça dos Poveiros onde de facto foram criadas barreiras físicas de acesso que ficou muito dificultado depois da obra porque a Praça era franqueada para o atravessamento pedonal de uma forma muito facilitada antes das obras hoje temos lá murros e muretes e até degraus que é difícil transpor que dão dificuldade de acesso à Rua de Santo Ildefonso que é uma zona pedonal, depois foi levantado um muro à frente no cimo da rua 31 de Janeiro já na parte do Largo de santo Ildefonso, da Igreja que tirou visibilidade à rua para quem sobe 31 de Janeiro e mais que isso retirou-se da rua o pavimento que havia de basalto e calcário que era um pavimento claro e foi substituído depois daquele sofrimento todo, o que é que resultou substitui-se o calcário e o basalto por granito que escureceu imenso a rua manteve-se o mesmo número de luz e luminosidade dos aparelhos igual os aparelhos mudaram mas de facto a luminosidade é a mesma e estas barreiras arquitectónicas que foram criadas e depois a própria Praça da Batalha que tinha uma acessibilidade automóvel relativamente facilitada hoje tem um corredor de transito um corredor de transito era aquilo que eles definiam como bom um corredor de transito significa que se houver um problema

qualquer eventualmente um pequeno choque a fila de transito continua para traz também na Praça da Batalha onde existem dois hotéis e pelo menos três cafés não foi acautelado o lugar para cargas e descargas de passageiros ou de mercadorias e por isso aquilo está ali um estrangulamento total que dificultou e não sei se inviabiliza mesmo a longo médio prazo a vivência daqueles hotéis que são fundamentais como serviços de apoio ao comercio local por isso esses prejuízos por exemplo são prejuízos graves podia referir outros que foi a colocação de degraus nas portas das lojas ou seja desnivelamento de passeios pessoas que tinham estabelecimentos comerciais ao nível do passeio por exemplo na Rua dos Clérigos ao fundo pode-se lá ver hoje que ficaram com degraus para acesso aos seus estabelecimentos e também no cimo da 31 de Janeiro naquela esquina onde estava a casa Janota que é a esquina de Santo Ildefonso com Santa Catarina aquelas lojas não tinham degraus e passaram a ter degraus por isso tudo isto feito sem ter o respeito por quem trabalha e quem está à muitos anos naqueles locais sem os ouvir de uma forma prepotente e descabida e que eu disse muitas vezes e repito muito pouco próprio de quem se assumia como Capital da Cultura porque a cultura também é isto porque a cultura é essencialmente o respeito pelos outros para mim eles foram muito incultos em termos em primeiro lugar porque não respeitaram depois porque não foram capazes de ouvir não foram capazes de dialogar por isso acho que foram pessoas de facto como eu digo aí nesse não foram as pessoas certas para aquele tipo de trabalho que era um tipo de trabalho de parceria. Parceria implica ser enfim de certa forma ter alguma humildade de dialogo e eu tive momentos em que tive que pedir à Dr.^a Professora Teresa Lago para me ouvir porque ela sistematicamente quando eu começava a falar ela saía das reuniões e eu disse-lhe uma vez Sra. Professora desculpe já aconteceu isto não sei quantas vezes a Senhora Professora vai-me dizer se vai ficar na reunião para me ouvir ou não porque se não também me vou embora porque não estou aqui a fazer nada porque os seus assessores já me ouviram muitas vezes e por isso eu quero que a Sr.^a me ouça. Isto foi realmente dramático o Eng.^o Nuno Cardoso teve também uma atitude muito... porque ele era o dono da cidade dono entre aspas o gestor da cidade o principal responsável e eu chamei-o muitas vezes a essa responsabilidade dizendo que ele devia assumir a liderança daquilo uma vez a criar-se tantos problemas e. ele subjugou-se a Porto 2001 de uma forma que eu considero muito errada. Quando se pegaram os dois eu não percebi muito bem qual foi a génese daquele conflito penso que foi qualquer coisa, qualquer mal entendido que ali aconteceu, percebe não teve um peso dígitos da defesa de ideais que poderiam de facto sustentar esse tipo de conflito e

a partir daí de facto ele começou a dizer que eu é que devo fazer e eu é que devo actuar mas já estava tudo feito ou mal feito e pronto é o que temos.

Irene – A D. Laura acha que a Porto 2001 podia ter sido um projecto de abrir portas para o Porto?

D. Laura Rodrigues – Sem dúvida, sem dúvida, não podia, devia, tinha obrigação de e eu digo que foi um momento importantíssimo eu digo que essas pessoas deviam ser responsabilizadas pela oportunidade que tivemos todos de guindar a nossa cidade um nível de visibilidade de prestígio que não teve dá-se esta loucura que foi convidar para virem visitar uma cidade capital da cultura com aquela situação de cenário de guerra em que as pessoas vinham visitar o Porto, eu pergunto o que terão pensado os turistas que vieram visitar a capital europeia da cultura e que se viam como eu os via perdidos no meio de gradeamentos no meio de situações terem que passar por cima de tábuas para passar buracos e eu acho que sinceramente estas pessoas eram incompetentes eram irresponsáveis e deveriam ser responsabilizadas ainda posteriormente por esta falta porque o Porto perdeu a sua oportunidade de enfim surgir com alguma respeitabilidade e algum brio aos olhos de quem o visitou e eu penso que não foi feita essa história que essa história está por fazer eu serei seguramente uma das pessoas que assumo inteiramente esse discurso de denuncia de uma situação devo-lhe dizer que foram contratados para fazer esta obra arquitectos projectistas que não eram urbanistas que eram arquitectos de prédios, enfim não questiono a sua capacidade em termos de arquitectura ou construções habitacionais ou outros mas de facto para isto era preciso ter contratado urbanistas que provavelmente era preciso ter começado muito antes do tempo ou então não querer misturar a URBCOM e a obra do Urbcom com o evento a capital da cultura portanto nessa vertente o que me foi dado a observar e estive em alguns jantares e alguns encontros com outra vertente a vertente cultural foi de facto também assustador por estive num jantar onde estava um responsável pela parte cultural na área das artes plásticas que disse à minha frente barbaridades do género que o Professor Júlio Resende era uma pessoa que não tinha qualquer qualidade e que por exemplo o cantor Rui Veloso não deveria nunca representar o Porto eu acho que estas pessoas que estavam lá não sei porquê porque de facto não era pelo mérito ou seja quem representou a Porto 2001 por isso esse rapaz que eu de momento não me lembro o nome dele sei que é um nome estrangeiro um rapaz muito novo dizia coisas deste género para

quem quis ouvir e foi um encontro em que eu ouvi dizer essas coisas um encontro de convidados pelo jornal de notícias e ele dizia barbaridades deste género era doloroso ouvir isto e por de facto perguntava eu quem era ele e eu perguntei-lhe para estar a questionar o Professor Júlio Resende que é uma pessoa que toda a gente podemos gostar ou não mas quer dizer em termos de trabalho em termo de técnica de pintura acho que é inquestionável foi professor das belas artes na cadeira de pintura durante anos e anos e por isso eu acho que estas pessoas de facto eram impreparadas e que tive também tive oportunidade de assistir a algumas chamadas instalações que fizeram que ninguém entendia e aquilo que chamaram instalações é uma coisa do género e eu vi no átrio do Jornal de Notícias tinham dois aparelhos de televisão com dois poufes para as pessoas se sentarem. Era um ecrã que tinha uma cena em que era meia hora a ver o amanhecer e outro ecrã onde se via durante meia hora a cena do anoitecer. Eu disse que aquilo era impossível de aguentar e esperava-se que qualquer pessoa fosse capaz de estar uma hora a olhar para os dois ecrãs. Quando disse que era absolutamente impossível de aguentar, disseram, a Senhora não aguenta mas nós temos uma instalação onde temos um autoclismo transparente que está meia hora a encher e meia hora a esvaziar e isto era para as pessoas olharem e verem. Um estrangeiro na frontaria principal do Jornal de Notícias fez uma tela que parecia uma tela de obras e que custou uma barbaridade. Não sou uma pessoa, não tenho formação nesta área, mas também não sou completamente desconhecadora, há um mínimo de conhecimento que se espera de uma pessoa medianamente informada, interessada e a acompanhar os acontecimentos, mas eu acho que essa cultura que nos foi mostrada não era acessível à média...

Irene- não tinha nada a ver com as pessoas do Porto?

D^a Laura Rodrigues – exactamente, aquilo foi feito para eles, para 1% da população se satisfazer com aqueles devaneios artísticos.

Irene – acha que houve uma sede de protagonismo, mas se foi isso não se percebe

D^a Laura Rodrigues – Não, o que eu acho que houve foi uma....conhece a história do rei vai nu? é uma história muito conhecida. A história aplica-se aqui perfeitamente, o que houve foi um conjunto de pessoas que se quiseram desmarcar do comum dos cidadãos de uma forma digamos pseudo-intelectual de alto nível e que quiseram levar para este

nível que só eles e um grupo restrito de pessoas entende e quiseram destacar-se da população de uma forma eu diria ofensiva, porque eu se estou a fazer uma capital da cultura e estou a dizer que só eu é que entendo e mais ninguém entende era como o rei que estava sem um fato, estava nu, mas que queria dizer que estava com um fato belíssimo. Foi preciso uma criança para dizer que o rei estava nu. Eu acho que faltou aqui a criança que dissesse que o rei estava nu. E de facto toda uma pseudo-intelectualidade quis dizer que o rei estava vestido e que o fato era lindo, para ser aceite, porque na história do rei vai nu, só as pessoas inteligentes é que podiam ver o fato. È exactamente o que se aplica aqui, por isso como disseram que só as pessoas inteligentes podiam ver o fato, claro que ninguém queria passar por burro, as pessoas diziam todas que viam o que não estava lá. Esta é a minha análise do que me foi dado ver digamos em termos pontuais, porque depois deixei de ter vontade para assistir a muitas coisas. Por isso eu não posso dizer que tudo foi mau no aspecto artístico. Algumas coisas que eu vi foram tão más que me tiraram a vontade de ir ver e por outro lado, algumas coisas foram tão ofensivas como essa desse senhor que me disse isso em relação ao Júlio Resende e ao Rui Veloso, que a gente pode gostar do estilo mas tem de reconhecer que é um artista da cidade põe conseguinte eu acho que estes senhores não respeitaram nem souberam interpretar a cidade como ela era , os seus valores, as suas riquezas, por isso eles deveriam ter tido um tratamento do presente e do passado, de uma cidade que está recheada de pessoas ilustres nos vários campos e nada disso foi mostrado. Foi mostrada uma onda vanguardista que normalmente era estrangeira e que de facto eu penso que não foi nada. Se nós pensarmos que podíamos ter aproveitado tudo isto para enaltecer o que tínhamos, para digamos apoiar iniciativas, muitos dos nossos jovens que temos talentos imensos a sair das nossas escolas, se pudéssemos ter aproveitado para fazer melhoramentos dos nossos edifícios de mais prestígio e de mais valor arquitectónico como, lembro-me agora neste momento do edifício belíssimo do arquitecto Cassiano Branco que está no Porto e que é q garagem de Passos Manuel e que de facto está a cair aos bocados...

Teria sido muito mais interessante pegar no edifício nesta cidade e reviver a sua beleza em termos de riqueza patrimonial que nós temos e esse dinheiro teria sido muito mais bem empregue, ao invés destruíram o jardim da Cordoaria. Descaracterizou-se. Matou-se a história do jardim da Cordoaria. E isto penso que é uma coisa para a qual não há perdão. Eu não posso esquecer o Jardim da Cordoaria, como ele era, fazia parte das minhas memórias, fazia parte das memórias da cidade, era um legado para deixar para

as gerações futuras, possivelmente para melhorar mas respeitar o que ele tinha de jardim romântico. Fizeram-se aberrações deste tipo. Eu estive a ouvir e a assistir a tudo por isso posso falar com algum conhecimento do que foi a intervenção na parte urbana, porque eu não estou a falar do que desconheço porque eu participei em tudo, em todas as reuniões em todas as apresentações, quer dizer que havia um arquitecto, quer era o arquitecto Júlio qualquer coisa que estava responsável por aquela zona da Cordoaria que afirmou no café do piolho que o edifício que ainda está lá, que qualquer pessoa pode ver ao cimo da Rua de Ceuta, que é um prédio chamar-lhe ia mais um casebre em altura que está a cair ao lado de um prédio novo, e está a ver aquelas escadinhas com acesso e eu ouvi aquele arquitecto dizer que aquele edifício era belíssimo e que deveria ser mantido, que ficaria com o nome de Nosfractus nos livros que eles escreveram. Eu na altura tive a oportunidade de dizer: olhe o nome que o senhor arquitecto deu ao edifício é mesmo um bom nome porque é o nome de um vampiro.

Por isso repare, o que aquela gente via nós não víamos Gostava que passasse por lá a população do Porto para ver a percentagem de iluminados que ia ver naquele casebre em altura o valor patrimonial que não existe. Em contrapartida ninguém realçou o verdadeiro património arquitectónico, dos anos 40 de que a cidade está recheada, por exemplo, a parte alta de Sá da Bandeira, a parte da Rua de Ceuta, alguns edifício do Séc XIX, arte nova que estão numa degradação total e que nunca foram referidos. Também o arquitecto Alves Costa, quando estava a apresentar o projecto para a Passos Manuel desdenhando da claçada que é conhecida por calçada à portuguesa e que toda a gente conhece, ele desdenhando dessa mesma calçada ele dizia que foram os burgueses do Sec. XIX que resolveram trazer aquela calçada para Portugal e que aquilo não tinha nada a ver com o Porto. Na altura tive oportunidade de dizer: senhor arquitecto, o senhor vai me desculpar, mas se os burgueses do Séc XIX trouxeram essa calçada, essa calçada pertence-nos e nem o senhor, nem ninguém tem o direito de destruir o que foi feito no Séc XIX, porque a Rua de Santa Catarina escapou porque a verba não chegou, isto é verdade. E o senhor arquitecto disse-me: olhe quando me convidaram para fazer este trabalho na Santa Catarina, e neste aspecto ele era sincero, vi que estava muito bem a nível de pavimentação, ora não sabia o que é que havia de fazer. Eu concluí que como estava muito bem só havia uma solução que era estragar. Isto é de facto lamentável, que as pessoas tenham perdido esta oportunidade, que dinheiro, que não faço exactamente ideia dos milhões de contos que se gastaram nesta cidade, tenham sido gastos de uma forma inglória, só o que se gastou em papel em publicidade da Porto 2001, eu gostava,

eu até comecei a coleccionar os papeis, porque era de tal forma absurda como a Porto 2001 gastava dinheiro e nós sabemos o preço das coisas, em termos de gráficos para dizer o que faziam, e o que não faziam, quer dizer o que queriam fazer, quer dizer a tentar mostrar trabalho no papel, gastaram tanto dinheiro que se calhar isto dava para fazer um monumento, e isto tudo não foi feito, temos aquela pseudo-fonte da Praça da Batalha, é uma pena onde nada acontece...é uma pena.

Eu gostava que se quantificasse aquilo que foi feito, valorizar o trabalho que foi feito, quero aqui fazer uma ressalva, houve alguma coisa que foi feita e o que se faz, aquela intervenção na Foz em que de facto houve um trabalho em que a cidade beneficiou, que aproximou o mar da cidade, refiro me ao passeio que vais desde a Foz Velha, felizmente conseguiram salvar o jardim, houve uma polémica.

Irene – mas a Associação que representa os comerciantes estava de acordo com a requalificação urbana ou não?

D^a Laura Rodrigues – claro, agora não queríamos uma requalificação urbana qualquer, queríamos uma requalificação urbana que tenha em conta em primeiro lugar que não pode haver uma requalificação virada. Em primeiro lugar devo dizer-lhe que o comércio da cidade deveria ser considerado património municipal como é alias considerado na maior parte das cidades com castro histórico, por isso o seu comércio também é património municipal, deve ser respeitado, deve ser mantido, deve dar-se-lhe condições de funcionamento.

Queremos uma requalificação urbana que melhorasse o conforto, o acesso, a visibilidade, que desse mais beleza ás nossas ruas. Esqueci-me de referir que , só para mostrar a falta de sensibilidade, que a Rua da Santo Ildefonso, na confluência de Santo André com Santo Ildefonso, tinha lá uma árvore lindíssima com uma pujança enorme, uma magnólia, retiraram-na, não sei se a mataram, não sei o que lhe fizeram e puseram lá um arbusto, para quem viu esta magnólia, ...todos os comerciantes de Santo Ildefonso lamentam esta atitude. Isto quer dizer que nós gostaríamos de uma requalificação que melhorasse, que valorizasse e que requalificasse. Não podemos entender esta requalificação, que penso que vem de uma escola qualquer, que não sei de onde é que ela nasceu. Alguém se lembrou de dizer que as papeleiras sem tampas, papeleiras onde se vê o lixo é que era bom. Em termos de mobiliário urbano, o

investimento foi muito pouco e o que fizeram, fizeram mal, e vê-se o lixo nas papeleiras.

O dinheiro do URBCOM prevê que o investimento dos comerciantes, por isso é feito para os comerciantes, uma percentagem vai para a envolvente urbana. Já falamos com o Doutor Rui Rio, este dinheiro quando estiver disponível, uma vez que já assinamos o projecto já está tudo a andar, devia ser para corrigir, para melhorar muitas das falhas que foram feitas. Porque a requalificação é precisa. O que foi feito foram obras de infra-estruturas que obrigaram a levantar em profundidade, sem saber se era preciso. Porque eu tive o cuidado de perguntar ao Senhor engenheiro Nuno Cardoso que garantias nós tínhamos que aquelas estruturas tinham de facto envelhecido e como ele disse que não, não precisaríamos de muitas, muitas não eram precisas. Agora obras de infra-estruturas. Levantamentos de ruas como quiseram fazer à volta do meu estabelecimento, que queriam levantar sete metros de profundidade porque a rua tinha uma inclinação muito grande; eu devo dizer que por exemplo na Rua 31 de Janeiro, fizeram obras de infra-estruturas que destruíram parte de um convento que existe na Rua da Madeira...e que está lá e que começou a ser destruído porque as obras não tinham em conta os efeitos que estavam a causar neste antigo convento. Por isto esta falta de sensibilidade e esta falta de preparação muito grande, não era o que nós queríamos, o que nós queríamos era preservar o que era de preservar, melhorar o que se pudesse melhorar, mas não desvirtuar, não deitar fora o nosso património. Por isso a dança das estátuas, ninguém entendia porque é que o cavalo de D. Pedro devia estar virado para um lado ou para o outro. Finalmente já não tiveram dinheiro, já não conseguiram virá-lo, mas andaram a fazer a dança das estátuas. Não sabiam o que é que haviam de fazer, mudaram a estátua de um lado para o outro, quer dizer eu acho que é falta de ideias, falta de capacidade e muito auto convencimentos, falta de humildade, falta de capacidade de avaliar e respeitar o nosso passado, respeitar o que os tais burgueses fizeram nesta cidade e o que temos não foi a Porto 2001, foi o que os outros fizeram

Irene – uma última pergunta, a Casa da Música, acha que vai ser um edifício emblemático que vai trazer mudanças no Porto?

D^a Laura Rodrigues – olhe eu acho aquele edifício naquele local uma aberração. Porque é assim. Eu não discuto, que até gosto de cubismo e de modernismo e não podemos estar sempre agarrados à arquitectura do Nazoni, a propósito disso devo dizer-lhe que

estou espantada com o facto de dizerem que não sabem o que fazer com o Palácio da Freixo , que é o único palácio que nós temos. A propósito disso já me insurji na Câmara do Porto. Se não sabem que hão-de fazer com o palácio do Freixo, por favor não façam nada e vejam se arranjam quem saiba fazer. Não faz sentido dizer uma coisa daquelas de um palácio daqueles, quando nós não temos muitos infelizmente. Bom mas a Casa da Música é uma obra moderna, enfim ainda não está concluída. À partida aquela forma não é das coisas que mais me fascina, admito-o, embora pudesse ficar bem num relvado verde, num espaço muito amplo. Naquele local está completamente desenquadrado da praça, e por isso eu acho que a casa da música está errada. Agora se vai conseguir atrair eu digo-lhe uma coisa, ou fazem espectáculos de música acessíveis a toda a gente, que sejam programas mais vocacionados para a aprendizagem que neste país não existe. Se não estou errada a educação musical foi retirada dos programas, no meu tempo tínhamos educação musical que era básica. E num país onde não há tradição escolar de música isso seria muito importante. Eu lembro que aqui há uns anos houve concertos do professor Atalaia no Rivoli que eram acompanhados de uma explicação, isto é que poderá ser o contributo para a música. Agora fazer uma casa da música no meio de iletrados musicais onde não há um conhecimento real dos clássicos, seria para a tal elite que passeia ali. Agora se quiserem uma casa da música, uma espécie de escola de aprendizagem, em que os jovens tomassem contacto com a música. Eu acho que a casa da música deve ter uma envolvência pedagógica, porque neste país falta a cultura básica para gostar de música. O que acontece por exemplo é que o Teatro S. João e o Teatro Rivoli estão às moscas, já se fizeram espectáculos com duas ou três pessoas a assistir, isso não faz sentido.